

Como este é um trabalho que se destina principalmente ao uso didático, nele foram incluídos, ao final de cada capítulo, um pequeno resumo dos principais aspectos abordados e um questionário referente a esses mesmos aspectos. Os resumos facilitam a fixação do que é mais importante, enquanto os questionários, montados quase exclusivamente com questões e temas já utilizados em provas, trabalhos escolares e pesquisas, permitem ao aluno orientar-se sobre seu aproveitamento.

As leituras recomendadas ao final de alguns capítulos são aquelas já efetivamente utilizadas no decorrer de todos esses anos de curso. Nem sempre cobrem toda a matéria abrangida no capítulo. Sua escolha deve-se a dois fatores simultâneos: qualidade e facilidade de obtenção.

A bibliografia final, e isso é importante, não corresponde a um guia ampliado de leitura. Nela estão citadas todas as obras efetivamente consultadas durante a preparação deste trabalho, quer para a obtenção de informações ou dados, quer para a avaliação de idéias.

Capítulo I

AS ECONOMIAS PRIMITIVAS

Os povos coletores — Aparecimento do homem — Estágios culturais — Evolução da estrutura social.

A partir do período geológico conhecido como Plioceno, cujo início data de aproximadamente dez milhões de anos, a lenta marcha da evolução faz surgir, na ordem dos primatas, várias espécies que se caracterizam pelo porte ereto, ausência de cauda e cérebros maiores.

Estas diversas espécies, agrupadas para efeito de simplificação como família dos homínidas, eram compostas por animais que, para poder sobreviver na luta pela existência, haviam sido obrigados a abandonar as florestas em que viveram seus antepassados, tendo de aprender a obter seu sustento e a defender-se em savanas e pradarias, onde eram de pouca valia os condicionamentos herdados do tipo anterior de vida da qual provinham.

Ao longo de milhões de anos essas espécies, aparentadas entre si, atravessaram um lento processo de adaptação e seleção. Tratava-se de criar novos condicionamentos adequados às condições reais de vida que tinham de enfrentar. E o repto tornava-se ainda maior pelo fato de que o próprio meio ambiente sofria contínuas mudanças, à medida em que se aproximava o período geológico seguinte, o Pleistoceno, que traria consigo as grandes glaciações, que cobriam de geleiras largas extensões da superfície terrestre.

Nesse admirável processo de resposta ao desafio da natureza algumas das espécies homínidas conseguiram desenvolver aptidões capazes de lhes permitir a sobrevivência e a evolução, enquanto outras eram condenadas à extinção. Entre as primeiras, o esforço contínuo para conseguir comida, e para evitar transformar-se em comida, levou à utilização de objetos apanhados do próprio meio natural em que viviam.

Essa utilização de objetos apanhados do meio natural — pedras, ossos, pedaços de pau — certamente foi, de início, mera ação reflexa. E como

ação reflexa, mero condicionamento instintivo, permaneceu durante gerações. Mas a repetição sucessiva, constante, desse ato reflexo, complexo por sua própria natureza, pois incluía necessariamente um objeto externo ao animal que o praticava, estimulou ainda mais o desenvolvimento da capacidade cerebral dessas espécies.

Nunca se saberá exatamente quando ou onde, e possivelmente o fato se deu em vários lugares, em momentos diferentes, e foi em si também um processo lento. O certo é que um dia o animal ganhou consciência do ato reflexo que praticava. E ganhou consciência do distanciamento que havia entre ele, sujeito, e o objeto que utilizava. E ganhou consciência do relacionamento existente entre ambos por ocasião do ato.

Do trabalho nasceu a consciência; com a consciência o ato reflexo passou a ser trabalho. Pelo trabalho, ao gerar este a consciência, o animal transformara-se em homem.

Os povos coletores

A partir do momento em que surge, o homem passa a produzir, isto é, passa a extrair da natureza, pelo trabalho, os bens de que necessita para satisfazer suas necessidades. É fácil compreender que na longa fase inicial de sua evolução, estas se resumiam ao mínimo necessário para sobreviver como indivíduo e como espécie.

Ao modo pelo qual o homem realizava a produção nesse primeiro estágio de sua evolução, chamamos de *coleta*. É um processo semelhante ao utilizado por muitas espécies animais, principalmente os outros primatas, como os gorilas e chimpanzés. Consistia basicamente no apanhe de frutos, raízes e folhas, suplementado pela caça.

A caça, assim como a pesca, dependendo a importância relativa desta das condições naturais de cada região, era a atividade principal, fonte do alimento mais importante e, por isso mesmo, a que mais impulsionou e condicionou o desenvolvimento da capacidade produtiva do homem.

Foram as exigências da caça e da pesca que fizeram com que pedras cortantes e pontiagudas fossem transformadas em facas; estas, amarradas na ponta de um pau comprido, em lanças e arpões, enquanto pedras pontudas, amarradas num pau curto, viravam machados.

Desde o início o homem foi um animal gregário, vivendo em bandos de indivíduos de todas as idades. Esse gregarismo era de grande utilidade

por permitir-lhe submeter animais que, por seu porte, não teria possibilidades de vencer sozinho.

Os bandos humanos eram nômades, isto é, viviam em constante movimento, à procura de alimento. Seus refúgios eram temporários, quer fossem árvores, cavernas ou toscas coberturas de galhos e folhas. O roteiro seguido por esses bandos era condicionado pelo meio ambiente e pelas espécies das quais se alimentava, formando um ciclo regular que os trazia de volta aos mesmos lugares nas mesmas épocas do ano.

O homem vivia em íntimo relacionamento com a natureza, perfeitamente entrosado no equilíbrio biológico do meio em que estava inserido. Mas esse entrosamento seria lentamente rompido à medida que, pelo trabalho, se distanciava da natureza e alterava e modificava o próprio meio.

O número de homens em cada bando, assim como o número de bandos em cada região, era determinado pela quantidade de alimentos que era possível obter ao nível de evolução alcançado pelas forças produtivas que esses homens haviam criado, isto é, ao nível de evolução dos instrumentos de trabalho de que dispunham e de sua capacidade de utilizá-los. Melhores instrumentos de trabalho permitiam produzir mais, com o que a população humana aumentava, pressionando, por sua vez, por uma produção ainda maior. O aumento da população, porém, além de determinados limites, significava o esgotamento das fontes de alimento (no caso da caça, por exemplo, quando o abate ultrapassava a taxa de reposição natural por meio da reprodução).

Quando essa situação era alcançada o bando humano só tinha uma saída: mudar-se para uma região vizinha, ainda não ocupada por outros de sua espécie, e onde pudesse encontrar os alimentos que escasseavam nas terras onde vivia. Quando essa saída estava fechada, fosse qual fosse o motivo, tendia a mermar, ou, em casos extremos, até a desaparecer. Foi esse processo, acelerado em certos casos por modificações de ordem climática, o responsável pela lenta, mas constante expansão do homem por sobre toda a superfície terrestre e, nos casos adversos, pela extinção das espécies humanas que não conseguiram sobreviver.

Aparecimento do homem

Até hoje não há certeza quanto à época e o local em que o homem surgiu pela primeira vez, como animal diferenciado dos outros primatas. Não há igualmente certeza quanto à época e o local em que surgiu a espécie humana atual, denominada de *homo sapiens sapiens*.

Tudo indica que, há cerca de seis milhões de anos, de um tronco comum, o Ramapiteco, separaram-se algumas espécies diferenciadas de homínidas, conhecidas como Australopitecos. Isto ocorreu no sul da África. Uma dessas espécies, o *homo habilis*, é assim chamada porque há fortes indícios de que já trabalhava os objetos que utilizava. Seus restos mais antigos datam de três milhões de anos, e foram encontrados no Quênia.

Em Java, e nas proximidades de Pequim, na China, foram encontrados ossos de uma outra espécie homínida, talvez descendente das anteriores, o Pitecantropo, que viveu há mais de meio milhão de anos, e cujas características físicas já eram bem mais parecidas com as do homem atual. Esta espécie homínida já utilizava instrumentos de trabalho e conhecia a utilidade do fogo. Restos muito semelhantes, encontrados em Heidelberg, na Alemanha, fazem crer que o Pitecantropo tenha vivido por todo o continente eurasiático.

Os restos mais antigos do *homo sapiens sapiens* foram encontrados em Steinheim, Alemanha, e têm mais de cem mil anos.

O pequeno conhecimento acumulado até nossos dias sobre as origens do homem deve-se principalmente ao fato dessas pesquisas serem relativamente recentes e se terem aprofundado mais na Europa, onde as diversas espécies e raças humanas já surgem plenamente desenvolvidas, oriundas de longas migrações que as trouxeram de suas áreas originais, migrações estas, cujos roteiros só podem ser estimados a nível de hipóteses.

O que se pode afirmar com certeza é que, a partir do segundo período interglacial, o homem chegou à Europa. A história dos povos primitivos e o estudo de seu comportamento econômico só podem ser feitos, por enquanto, em referência aos estágios de evolução alcançados ao chegarem e enquanto viveram em território europeu.

A chegada das diversas ondas migratórias de povos primitivos à Europa está associada aos sucessivos avanços e recuos das grandes geleiras que, no último milhão de anos, por quatro vezes avançaram até os Alpes, cobrindo o norte da Europa com até 3.000 metros de gelo, para depois recuar e desaparecer. Esse fenômeno, que ocorreu simultaneamente na Sibéria e na América do Norte, e cujas causas não estão ainda devidamente explicadas, produziu profundas modificações climáticas em períodos relativamente curtos, afetando as condições de vida animal e vegetal. Nos períodos glaciais o nível geral dos oceanos baixava, deixando a descoberto grandes extensões de terra que permitiam migrações de animais e homens entre continentes hoje separados. Tudo indica, por exemplo, que durante a última glaciação a África e a Europa estavam

ligadas em vários pontos, reduzindo-se o Mediterrâneo a uma série de lagos, que somente voltaram a unir-se ao oceano à medida em que se processava o degelo.

Estágios culturais

Para efeito do estudo comparado de sua evolução, os diversos estágios alcançados pelo homem em seu crescente conhecimento da realidade que o cercava, mediante a utilização e aperfeiçoamento de objetos extraídos da natureza com instrumentos de trabalho, são agrupados em cinco períodos: Eolítico, Paleolítico Inferior, Paleolítico Superior, Mesolítico e Neolítico.

Na Europa, os três primeiros períodos correspondem a oito culturas nitidamente diferenciáveis, cujos restos têm sido encontrados e estudados em vários locais da França, da Alemanha e da Espanha.

O Eolítico, no qual os instrumentos de pedra bruta recebiam forma por intermédio de batidas fortes, corresponde à cultura abbevilliana, representada pelo homem de Heidelberg, já mencionado, que viveu na Europa há uns 300.000 anos.

O Paleolítico Inferior corresponde àquilo que popularmente se conhece como Idade da Pedra. Os instrumentos são feitos de pedra lascada, já se fabricam lanças, e peles de animais abatidos são usadas para proteção do corpo. Este período corresponde às culturas aqueuliana e musteriana, tendo durado na Europa entre 250.000 e 35.000 anos atrás, ao longo do terceiro período interglacial.

A cultura musteriana, que desaparece com a última glaciação, corresponde a um dos homens primitivos mais conhecidos, o *homo sapiens neanderthalensis*, cujos primeiros vestígios foram encontrados perto de Dusseldorf, na Alemanha, na garganta de Neanderthal, em meados do século passado.

Esta espécie, que se espalhou por toda a Europa Ocidental, viveu também em todo o âmbito da bacia do Mediterrâneo, na África do Norte, na Ásia Menor e na Palestina, sendo provavelmente originária da África Central, pois é intimamente aparentada com o homem da Rhodésia, seu contemporâneo.

O homem de Neanderthal era uma figura baixa, entroncada e cabeluda. Abriava-se em cavernas, enquanto seguia grandes rebanhos de mamutes e bisões dos quais se alimentava, e com cujas peles se protegia. O avanço das geleiras, modificando o clima à sua frente, reduzindo e

extinguindo os rebanhos dos quais dependia, terminou por levá-lo ao desaparecimento.

Com a última Idade Glacial o *homo sapiens sapiens*, que já fora contemporâneo do Neanderthal, firma-se definitivamente na Europa. As condições adversas pressionam sua capacidade de sobrevivência, resultando uma rápida evolução de suas forças produtivas, dando lugar ao Paleolítico Superior.

Este período dura, cerca de 27.000 anos, desde o apogeu das geleiras até seu lento retrocesso e desaparecimento final. Suas cinco culturas sucessivas, perigordiana inferior, aurignaciana, perigordiana superior, solutreana e magdaleniana, correspondem a três raças humanas que, uma após a outra, dominaram o continente: Combe Capelle, Cro-Magnon e Chancelade, das quais a do meio é a mais conhecida.

Os instrumentos de caça e de trabalho são muito mais elaborados e diversificados que os anteriores. Além de aperfeiçoar machados, lanças e facas, fabricam pela primeira vez agulhas, arpões, anzóis, serras e botões. O couro é trabalhado e as vestimentas são cosidas e até ornamentadas com trabalhos de agulha. Além da pedra, que continua sendo a matéria-prima principal, outras são utilizadas, tais como ossos e chifres. A arte de fazer fogo já fora dominada, assim como o fabrico de lâmpadas e tochas, queimando gorduras animais. Fabricam também tintas de diversas cores.

Como seus antecessores, estes homens eram nômades, mas como sua produtividade como caçadores e pescadores era mais elevada, devido ao uso de instrumento de maior versatilidade e rendimento, puderam viver por longos períodos em um mesmo local. Sua principal fonte de alimentos eram os grandes rebanhos de renas, que abundavam na tundra imediatamente ao sul das geleiras. Seus hábitos e modos de vida eram muito semelhantes aos dos lapões de hoje em dia.

Mais uma vez foram as modificações climáticas as responsáveis pela extinção destes povos. À medida que as geleiras se retiravam para o norte, as florestas avançavam ao sul, e a tundra, fonte de alimento para as renas, recuava para extensões de terra cada vez menores. Com este recuo diminuíram os rebanhos, não somente os de renas, mas também os de bisões e mamutes, estes desaparecendo para sempre. Reduzida sua fonte de alimentos, extinguíram-se também os povos do Paleolítico Superior europeu. Este período termina na Europa há aproximadamente 8.000 anos.

Antes de prosseguir é preciso explicar que as referências a períodos de tempo em que duraram determinados estágios culturais só são válidas

para a Europa. Em outros continentes ou regiões esses mesmos estágios ocorreram milhares de anos antes do que na Europa ou mesmo milhares de anos depois. Até nossos dias ainda existem diversos povos, centenas deles, cujo estágio próprio de evolução ainda é o Paleolítico Superior, e alguns povos que ainda não ultrapassaram o Paleolítico Inferior. Ainda que, em cada um desses casos, condições ambientais diferentes respondam por características próprias que tornam complexa qualquer comparação, os traços essenciais, principalmente no que se refere à evolução da técnica de fabrico de instrumentos de trabalho, são idênticos.

Os dois mil anos seguintes, até aproximadamente 4000 a.C., correspondem ao período conhecido como Mesolítico. Os povos que habitavam a Europa nesse período incluem descendentes de povos do período anterior, assim como outros, oriundos de migrações vindas da Ásia. Os primeiros lutavam com grandes dificuldades para se adaptarem às novas condições ambientais que agora prevaleciam. As mudanças climáticas haviam coberto o continente com bosques e florestas, desaparecendo as estepes e tundras propícias a grandes rebanhos. Os povos recém-chegados trazem consigo dois novos instrumentos que lhes multiplicam a capacidade de produção como caçadores: o arco e a flecha. Com estes novos instrumentos o homem se liberta da dependência de animais grandes e lentos, passando a poder abater praticamente todos os animais que desejasse. Outra característica desse período são os primeiros vestígios de domesticação de outro animal: o cachorro, já então usado como auxiliar na caça.

Com o Mesolítico o homem alcança o apogeu como coletor. Durante todos estes períodos, em que a caça e a pesca representam as principais fontes de alimento, o homem continua comendo frutos, raízes e folhas. Esse será o caminho do futuro, mas, antes de penetrar por ele, vamos analisar como as instituições humanas surgem e evoluem em função da economia coletora.

Evolução da estrutura social

Ao transformar-se em homem, ganhando consciência através do trabalho, o homem inicia um longo processo de construção de si mesmo que o diferenciara cada vez mais de todos os outros animais.

A consciência não nasce completa, pronta a dar todas as respostas e a formular todas as perguntas. Muito ao contrário, ela se vai desenvolvendo à medida que o homem utiliza seu cérebro e seus músculos para extrair da natureza o necessário à sua sobrevivência.

É um processo de crescente separação entre o homem e a natureza, e de crescente dominação desta por aquele. Cada vez que o homem tenta extrair da natureza o que deseja, sente que ela não está ali para servi-lo, sente-lhe a hostilidade, e para vencê-la, obtendo finalmente o que deseja, sente que precisa conhecê-la, para só então dominá-la. Cada vez que isso ocorre o conhecimento se amplia, e então a consciência se desenvolve. O grau de consciência do homem de Heidelberg, golpeando com a pedra bruta a cabeça de um animal, não é o mesmo do caçador do Mesolítico, mirando com seu arco retesado pronto a disparar uma flecha contra um pato selvagem que voa à distância.

Os outros animais, desprovidos de consciência, vivem em relacionamento instintivo com a natureza. O homem, para viver, precisa trabalhar, deve ganhar o pão de cada dia com o suor de seu rosto, como diz a maldição bíblica.

Os outros animais relacionam-se entre si também instintivamente. Mesmo quando vivem em grandes agrupamentos de milhares de indivíduos seu relacionamento mútuo nada mais é do que a reação instintiva gravada em suas estruturas hereditárias. O homem, ao distanciar-se da natureza, descobre o *eu*, distanciando-se também dos outros. Mas como não está biologicamente equipado para sobreviver sozinho, precisa relacionar-se aos outros para poder viver.

A história da economia nada mais é do que a história de como os homens se relacionam entre si para, através do trabalho, extrair da natureza a satisfação de suas necessidades. Em cada estágio de sua evolução essa história terá características próprias, específicas, condicionadas pelo grau atingido pelo homem em sua capacidade de fabricar e utilizar instrumentos de trabalho, pois é com estes instrumentos, e não com sua vontade ou suas idéias, que ele obtém a satisfação de suas necessidades básicas.

Já vimos como o homem evoluiu lentamente em termos de instrumentos de trabalho, desde o uso direto de objetos encontrados na natureza até a fabricação de arcos e flechas. Vamos ver agora como as relações entre os homens e as concepções dos homens evoluíram em decorrência desse progresso.

Durante todo esse tempo o homem viveu em bandos, cujo tamanho estava condicionado pela capacidade de obtenção de alimentos. No início todos os membros do bando executavam todas as tarefas, isto é, todos se dedicavam à procura de alimentos, excluídas, obviamente, as crianças de colo.

À medida que a caça se torna uma atividade mais complexa, exigindo mais esforço, envolvendo maiores riscos e, portanto, necessitando de treinamento e prática constantes, surgem os primeiros vestígios de divisão do trabalho, pois as mulheres, as crianças e os velhos são excluídos, passando a dedicar-se a outras atividades, desde o cuidado aos recém-nascidos, até o apanhe de frutos e, quando o fogo é dominado, à preparação dos alimentos. Essa divisão do trabalho pelo sexo e a idade já se encontra firmemente estabelecida no Paleolítico Inferior.

Enquanto os instrumentos são ainda relativamente simples, os próprios caçadores os fabricam. À medida que se tornam mais complexos e variados, e que são demandados em maior número, seu fabrico passa a exigir conhecimentos especializados e dedicação exclusiva, pelo que os homens adultos passam a dividir-se entre caçadores e fabricantes de instrumentos. Isso já se verifica entre os Cro-Magnon.

A crescente divisão do trabalho traz consigo a troca mas não a propriedade. O fabricante de lanças as entrega ao caçador, este dá o animal abatido às mulheres, que entregam a carne cozida a todos os membros do bando. Todos os que têm condições de trabalhar o fazem; os doentes, os inválidos, os muito novos e os muito velhos são alimentados pelos que podem trabalhar.

Não existe estrutura familiar. No início havia a mesma promiscuidade que é encontrada entre os demais primatas, todos os machos adultos sendo maridos potenciais de todas as fêmeas. Com o tempo eliminam-se as relações entre os indivíduos de gerações diferentes. É possivelmente o primeiro tabu que o homem levanta. Posteriormente eliminam-se as relações entre os filhos de uma mesma mãe, surgindo os primeiros vestígios de uma organização familiar matrilinear, que evoluirá, em seguida, para a exclusão das relações entre primos por parte de mãe. Enquanto coletor, vivendo em bandos, o homem somente conhecera sua mãe, pois o pai poderia ser qualquer dos homens do bando.

Esse rudimento de família, baseado em uma mãe comum, nos leva a compreender que, na vida interna do bando, a autoridade maior era exatamente a mãe. Nos problemas de trabalho a autoridade estava com o mais experimentado, enquanto as decisões fundamentais, que interessavam a todos, eram tomadas em grandes discussões coletivas, em que homens e mulheres participavam em igualdade de condições.

Na tomada dessas grandes decisões, assim como em todos os episódios do cotidiano, o homem primitivo era prejudicado pelo seu ainda ínfimo conhecimento das relações causais da natureza. O mesmo se dava em relação à compreensão do fenômeno da morte. A procura de

formas de relacionamento harmônico com a natureza, cujos poderes sentia, mas não conseguia entender plenamente, dá origem à magia.

Pouco se sabe sobre os rituais mágicos do homem primitivo. Até o Paleolítico Superior não há quase nenhum indício sobre sua existência. Nesse período, principalmente com os Cro-Magnon, surgem manifestações artísticas que vão desde pequenos seixos pintados até esculturas representando mulheres e animais, e que alcançam seu apogeu nas pinturas encontradas em cavernas dos Pirineus e do Maciço Central francês. A primeira dessas cavernas a ser descoberta, no século passado, foi a de Altamira, nos montes Cantábricos, na Espanha. Ainda que pequenos esboços de animais ou coisas, pintados ou gravados em pedra, comuns a todas as culturas desse estágio, possam ser interpretados como sinais de comunicação, as pinturas das cavernas certamente não foram feitas com esse fim. São verdadeiras obras de arte, cuja elaboração era certamente demorada, localizadas em locais de difícil acesso e, o que é de grande importância, algumas não representam animais, mas homens disfarçados com peles de animais. Tudo indica que nessas cavernas, à luz de archotes, realizavam-se ritos de iniciação para os jovens que chegavam à idade de caçar.

Esses rituais, em seu início, possivelmente nada mais eram do que repetições dos movimentos de caça, para efeito de treinamento. Era por meio deles que o conhecimento das técnicas passava às novas gerações. Com o passar dos séculos, principalmente à medida que o meio ambiente ia-se modificando, a cerimônia em si ganhava cada vez maior importância, enquanto a motivação inicial se esfumava no esquecimento. O objetivo inicial é gradativamente substituído pelo de propiciar à natureza, influenciá-la para que a caçada tenha sucesso. As pinturas já não precisarão copiar o real, tendendo ao simbolismo, o que realmente acontece com os vestígios deixados pelos povos do estágio cultural imediatamente posterior. Não é difícil imaginar como daí se parte para simbolismos puros e para sacrifícios de animais, em rituais cada vez mais complexos, e que passam a exigir conhecimentos especializados para sua encenação, com o que surge a figura do feiticeiro.

Nesses rituais, que de início nada mais foram do que a repetição dos movimentos necessários para o trabalho, encontramos, portanto, o embrião da religião e uma das principais origens da arte em suas principais formas, tais como pintura, escultura, música, canto e dança. Ainda que algumas atividades artísticas possam ter evoluído paralelamente, a partir do trabalho de elaboração e acabamento de instrumentos e objetos de uso, parece fora de dúvida que sua principal associação inicial tenha sido com os rituais mágicos.

RESUMO

1. O homem surge quando, utilizando instrumentos, trabalha, e pelo trabalho ganha consciência de si mesmo. É a consciência que o distingue dos outros animais.
2. O homem trabalha para obter da natureza os bens necessários à satisfação das suas necessidades.
3. O primeiro modo pelo qual o homem realiza a produção é a *coleta*. As economias primitivas foram *coletoras*.
4. Na fase coletora a pedra é a principal matéria-prima utilizada pelo homem para produzir seus instrumentos de trabalho.
5. De acordo com o grau de aperfeiçoamento dos instrumentos que fabrica, a evolução do homem primitivo é dividida em cinco períodos ou estágios culturais: Eolítico, Paleolítico Inferior, Paleolítico Superior, Mesolítico e Neolítico.
6. Ao longo desses estágios culturais surgem algumas instituições humanas, como a divisão do trabalho, a família e a magia.

QUESTIONÁRIO

- 1) Como se classificam os estágios evolutivos do homem primitivo em função do material utilizado para o fabrico de instrumentos de trabalho, e quais as características de cada um desses estágios?
- 2) Qual a relação inicial entre o trabalho, o homem e a consciência?
- 3) Quais as relações de propriedade existentes nas economias coletoras?
- 4) Qual a relação inicial entre trabalho, religião e arte?
- 5) Quais as primeiras formas de divisão do trabalho surgidas nas economias coletoras?
- 6) Descreva o processo de surgimento da espécie humana.

Capítulo II

AS ECONOMIAS AGRÍCOLAS

Evolução econômica dos povos agrícolas — Sua evolução social — Povos pastores — As grandes civilizações agrícolas: Egito, Mesopotâmia, Índia e China — Outras civilizações agrícolas — Dinâmica econômica das civilizações agrícolas.

Há cerca de 8.000 anos, ou talvez alguns séculos antes, o homem dá um salto qualitativo importantíssimo em seu desenvolvimento, salto este que o lançará num novo estilo de vida, radicalmente diferente daquele que havia sido lentamente estruturado ao longo de sua evolução como coletor.

Trata-se da criação da agricultura.

O impacto econômico desse acontecimento é facilmente percebido. Até então o homem dependera da oferta de alimentos encontrados na natureza. Agora ele passará a controlar diretamente a oferta de alimentos, decidindo por si, ainda que, obviamente, dentro do condicionamento de seu meio, o que produzir e em que quantidade.

O domínio das técnicas agrícolas trará, em primeiro lugar, a possibilidade de multiplicar o número de indivíduos para muito além dos estreitos limites impostos pela coleta. Os contingentes demográficos, que nesta raramente passavam de uns poucos milhares, crescerão para a casa dos milhões.

A multiplicação das forças produtivas permitirá ao homem extrair alimentos para esses crescentes contingentes demográficos de áreas relativamente exíguas, libertando-o da necessidade de viver em constante movimento. De nômade passará a sedentário.

A permanência de um mesmo povo no mesmo lugar, século atrás século, permitirá ao homem investir seu excedente de trabalho e de produção em obras de caráter permanente, que lhe aumentarão ainda mais a capacidade produtiva.

Por outro lado, a vinculação do homem a uma determinada extensão de terra, da qual extrai seu sustento, fará surgir a instituição da propriedade, primeiro em sua forma comunitária, evoluindo depois para formas feudais.

A crescente especialização e divisão do trabalho exigidas por uma economia baseada na agricultura, e que deve alimentar centenas de milhares de seres humanos, aliada à passagem da propriedade comunitária para a propriedade feudal, lançará as raízes da divisão dos homens em classes sociais.

A necessidade de construir e manter a infra-estrutura necessária à produção destinada a centenas de milhares de pessoas, somada à de defendê-la contra outros povos e, dentro de um mesmo povo, a de defender as instituições que asseguram a manutenção das formas de propriedade existentes, levará ao surgimento do Estado.

Ao mesmo tempo, a necessidade de compreender melhor os fenômenos da natureza, pois a influência destes sobre a sociedade se torna mais direta e vital, levará à constante ampliação do conhecimento, só que, pelas próprias condições em que o conhecimento evoluirá, seu desenvolvimento vai servir de base à institucionalização da religião.

Em resumo, podemos afirmar que ao criar a agricultura o homem deu um passo decisivo rumo à sua afirmação como ser consciente e à sua libertação da natureza e à ampliação de seu domínio sobre ela, mas, ao mesmo tempo em que o fazia, caía prisioneiro de novas formas de dominação, estas criadas por ele próprio.

A agricultura trouxe para o homem as bases da civilização, erguendo-o muito acima, na escala evolutiva, dos outros animais com os quais ainda há poucos séculos compartilhava a vida errante de caçador. Permitiu-lhe satisfazer ao máximo suas necessidades, surgidas em função da própria evolução social, e para cuja satisfação milhões de homens teriam de dedicar vidas inteiras a trabalhos penosos e rotineiros.

Evolução econômica dos povos agrícolas

O surgimento da agricultura está associado com o estágio cultural conhecido como Neolítico, cujo aparecimento, na Europa, data de aproximadamente 6.000 anos, mas do qual há vestígios no Oriente Médio, os mais antigos conhecidos, que fixam seu início em torno de 6500 a.C.

Pouco se sabe sobre a maneira pela qual o homem aprendeu os primeiros rudimentos da agricultura. Os indícios mais seguros até hoje

descobertos vinculam esse acontecimento a um longo período anterior, no qual o homem consumia grãos ou raízes silvestres. A crescente familiaridade com essas plantas levou-o ao domínio de seu processo reprodutivo, permitindo então o surgimento de roçados, a princípio apenas suplementares ao apanhe silvestre.

Este processo ocorreu com povos para os quais a caça desempenhava um papel relativamente menos importante do que o consumo de espécies vegetais.

Pouco também se sabe sobre onde e quando surgiu a agricultura. Tudo indica que ocorreu em vários locais diferentes, mediante processos autônomos entre si, ainda que, após consolidar-se como principal fonte de alimentos, suas técnicas fossem transmitidas por meio de migrações e contatos entre povos, espalhando-se por grandes extensões da superfície terrestre a partir de seus centros de irradiação originais.

O mais antigo desses centros parece ter-se localizado nos vales e planaltos situados entre os montes Cáucaso, Elburz e Zagros, imediatamente ao norte da Mesopotâmia. Nessa região o produto principal parece ter sido o trigo, associado à cevada e a outros cereais menos conhecidos. Escavações realizadas em Jarmo, no Iraque, mostram vestígios de agricultura datados de cerca de 6500 a.C.

Em torno de 5000 a.C. surge a agricultura no vale do Nilo, talvez trazida do Oriente Médio, talvez vinda de um centro próprio de irradiação situado nos planaltos etíopes. Aqui o cereal predominante era a cevada.

Acredita-se que a agricultura tenha chegado à Índia, onde aparece em 3000 a.C., proveniente do Oriente Médio, através dos planaltos iranianos. Aqui, de início, predominará o arroz.

Um outro centro de irradiação será o norte da China, a partir de 4000 a.C., com base no painço. Este processo foi certamente autônomo, como o ocorrido no México, onde os primeiros vestígios datam de 6.000 anos a.C., com o cultivo de abóbora, pimenta e feijões, mas onde a agricultura somente vai firmar-se com o aparecimento do milho, em torno de 1500 a.C.

O Neolítico é um período de grande evolução dos instrumentos e das técnicas de trabalho utilizados pelo homem. Caracteriza-se pelo polimento da pedra, que permite o aperfeiçoamento dos instrumentos oriundos dos períodos anteriores, tais como facas, machados, lanças, arpões e anzóis, além da fabricação de novos, principalmente os necessários ao amanho da terra, entre os quais surge, primeiramente, a enxada.

Da fase em que consumia cereais silvestres o homem já havia criado processos de moagem mediante o emprego de pedras, e possivelmente já empregava foices. Esses instrumentos foram aperfeiçoados à medida que a importância relativa da agricultura crescia, ao mesmo tempo em que surgiam outros, como picaretas, ceifadeiras e garfos.

O Neolítico traz também o desenvolvimento de outras técnicas. É nesse período que se firma a arte de navegar, construindo-se botes e jangadas. Estes instrumentos aumentam a capacidade produtiva do homem como pescador, dando origem a grandes concentrações à margem de lagos, como as tribos que viviam em palafitas nas margens dos lagos da Europa Central.

Ao mesmo tempo em que domina a agricultura, o homem começa a domesticar animais. Parece que o primeiro animal a ser colocado a serviço do homem foi a cabra, seguida dos porcos e ovelhas, vindo só mais tarde a domesticação de cavalos, bovinos e camelos. Todos esses animais viviam em pequenos rebanhos selvagens nas proximidades das terras ocupadas pelo homem, de onde a familiaridade deve ter naturalmente levado à domesticação. Durante toda a evolução econômica do Neolítico a criação de pequenos animais estará intimamente associada à agricultura.

Mas, apesar de todo o progresso que caracteriza essa fase, o homem ainda se defrontava com uma séria ameaça à obtenção de alimentos para sua crescente população. Os pequenos vales e planaltos, onde a agricultura surgira, tinham seu solo rapidamente esgotado pelos métodos predatórios de cultivo, então empregados. Esse esgotamento do solo, associado ao crescimento da população, forçava a migrações constantes, em busca de terras virgens. Muitas vezes essas migrações produziam choques entre tribos que disputavam a mesma área, dando origem aos primeiros conflitos armados.

Variações climáticas, principalmente quanto ao regime de chuvas, ou à total ocupação das terras agricultáveis de uma determinada área, pelo crescimento da população, eram algumas de outras razões que produziam migrações.

O próprio progresso das comunidades agrícolas, por outro lado, tornava mais difíceis as migrações. Ao fixar-se em campos agricultáveis o homem passa a construir abrigos, pois as terras próprias para o cultivo eram muitas vezes exatamente aquelas onde inexistiam abrigos naturais. Como as comunidades agrícolas têm necessidade de viver junto às plantações, desenvolve-se a técnica da construção, com a utilização de barro, madeira ou pedras, conforme as disponibilidades de cada região. Surgem

casas, e estas se agrupam em aldeias, de onde cada agricultor sai de madrugada, para trabalhar a terra, voltando muitas vezes somente ao fim do dia. A existência das aldeias prende o homem à sua região, desestimulando as migrações, ou limitando-as a pequenos grupos. Este enraizamento levará muitas vezes à estagnação ou mesmo à extinção de comunidades que vierem enfrentar condições ambientais adversas.

Por outro lado, a necessidade de construir casas, assim como outras, decorrentes do manuseio, transporte, preparação e conserva de alimentos de origem vegetal, assim como de líquidos, levaram ao desenvolvimento da olaria, da cerâmica e da tecelagem de vimes, assim como à multiplicação e especialização dos instrumentos de trabalho.

O conhecimento das fibras vegetais e o domínio das artes de fiar e tecer permitiram ao homem livrar-se das vestimentas de couros e peles, inadequadas para os trabalhos agrícolas. Passa-se ao cultivo do linho e, simultaneamente, pela domesticação das ovelhas, à utilização da lã.

Algumas das invenções mais importantes datam desta fase, tais como fusos, rocas e teares, para a produção de tecidos. Utilizam-se também corantes para tingir as peças de vestuário e outros panos.

A utilização dos metais

Toda essa ampla diversificação e especialização dos instrumentos de trabalho do homem já não permitia que ele ficasse preso à pedra como principal matéria-prima. Conhecendo e dominando o fogo de há muito, estava pronto a dar outro salto qualitativo importantíssimo na história da evolução de suas forças produtivas: a utilização dos metais.

Ao longo de todos os séculos em que empregou diversos tipos de pedras como matéria-prima para a fabricação de seus instrumentos de trabalho, o homem diversas vezes entrou em contato com minérios em diferentes graus de teor metálico. É provável que suas primeiras noções sobre a possibilidade de separar o metal tenham tido origem accidental. Somente quando a pedra já se tornara insatisfatória, e ali onde existia minério em quantidade suficiente, e a céu aberto, é que as técnicas necessárias à sua obtenção e utilização começam a ser criadas e aperfeiçoadas.

O primeiro metal utilizado pelo homem foi o cobre. Em torno de 4000 a.C. já era produzido na Mesopotâmia, na Ásia Menor e nos planaltos iranianos. Mil anos depois já se espalhara por toda a bacia do Mediterrâneo e alcançara a Índia. Nesse tempo outros metais já eram

conhecidos, tais como ouro, prata e estanho, cabendo a este último um papel importantíssimo. Tão logo dominou a metalurgia de vários metais, o homem começou a misturá-los, produzindo ligas, das quais o bronze, de cobre e estanho, seria a mais largamente empregada. Muito mais resistente do que o cobre puro, esta liga viria permitir o fabrico de instrumentos mais fortes e de maior durabilidade.

Os primeiros instrumentos de bronze datam de antes de 3000 a.C., e por muitos séculos serão raros, principalmente em virtude da pequena produção de estanho. Somente após 2000 a.C. é que seu uso se generalizará.

Então, por volta de 1500 a.C., o ferro passará a dominar. Conhecido já desde mil anos antes, seu emprego somente poderá ultrapassar o do bronze quando o homem aprender a aquecê-lo até a temperatura necessária para torná-lo ainda mais duro e resistente que aquele. Na bacia do Mediterrâneo a metalurgia do ferro se desenvolverá primeiramente na Ásia Menor, entre os hititas. Há indícios de que na Índia e na China seu desenvolvimento tenha ocorrido simultaneamente, ou talvez até uns séculos antes.

É fácil de imaginar a transcendental importância que todos estes avanços das forças produtivas do homem tiveram para seu desenvolvimento, e todas as modificações que provocaram.

A metalurgia evoluiu, exigindo novos e variados instrumentos e equipamentos, assim como técnicas cada vez mais complexas. Surgem e se aperfeiçoam fornos e foles, os metais são batidos, forjados e moldados. Novos metais, como chumbo e zinco, passam a ser empregados e novas ligas são introduzidas para a fabricação de objetos, tais como o latão.

Não é preciso realçar a diferença entre um instrumento de pedra e um de metal. Os instrumentos podem especializar-se cada vez mais e a produtividade do trabalho humano se multiplica. Entre as grandes invenções que o uso do metal permitiu, encontra-se a roda, utilizada primeiramente para os trabalhos de olaria e cerâmica, mas logo empregada também em veículos de transporte.

A crescente importância dos metais na economia dos povos agrícolas, além de alargar a níveis cada vez mais amplos a divisão do trabalho, trouxe uma multiplicação das necessidades humanas e contribuiu de forma preponderante para o surgimento de grandes aglomerações urbanas e para o desenvolvimento das trocas.

As comunidades agrícolas tenderam sempre, quase que por definição, à auto-suficiência. Enquanto a pedra era a principal matéria-prima

utilizada para a fabricação de instrumentos, essa tendência se manteve, pois havia facilidade de obtê-la em, praticamente, todas as regiões em que o homem a utilizava. Ainda que haja indícios de um escambo de certos tipos especiais de pedra, tais como o sílex, durante o Neolítico, sua importância era certamente secundária para as atividades econômicas das comunidades agrícolas de então.

Com o predomínio dos metais a situação mudou, pois suas jazidas são muito mais localizadas. À medida que seu emprego se generalizava, as comunidades e regiões que não as possuíam passaram a ter de importá-los, em diferentes graus de elaboração, desde o metal em barras até os instrumentos acabados.

Por outro lado, as aldeias melhor localizadas em relação a esse comércio de metais, quer por ficarem junto às fontes de matéria-prima, quer por centralizarem a distribuição de produtos para grandes áreas, tenderam a transformar-se em cidades. Para isso contribuiu a grande quantidade de mão-de-obra exigida pela metalurgia.

Paralelamente a essa linha de evolução das forças produtivas, pelo uso dos metais, e intimamente ligada a ela, uma outra se desenvolve, e de importância igualmente fundamental. O domínio e aperfeiçoamento das técnicas de construção.

A partir de cerca de 4.000 anos a.C., começam a surgir e a multiplicar-se comunidades agrícolas em vales de grandes rios. Estes vales apresentavam grandes vantagens em relação às terras onde a agricultura se originara. Em primeiro lugar, seu solo aluvional, lentamente depositado pelos próprios rios ao longo de milhões de anos, era muito mais fértil; além disso, grandes enchentes anuais traziam novos depósitos, que recompunham o solo eventualmente desgastado pelo cultivo.

Mas as mesmas condições que davam aos vales dos grandes rios excelentes possibilidades de desenvolvimento agrícola, tornavam extremamente difícil seu aproveitamento. As enchentes, em certos anos excepcionalmente violentas, tudo destruíam à sua passagem; além disso, as características topográficas desses vales, geralmente planos, faziam com que grandes extensões de terra ficassem permanentemente semi-inundadas, formando grandes pântanos, inaproveitáveis em termos agrícolas.

Lentamente os agricultores dos grandes vales foram criando e aperfeiçoando técnicas de construção que lhes permitissem gozar das vantagens oferecidas pela fertilidade do solo sem correr os riscos das inundações e, à medida que o acréscimo de população exigiu mais terras, aproveitando as terras pantanosas.

O homem aprendeu a dominar o rio. Construiu diques e represas; abriu valetas e canais de drenagem e de irrigação; aprendeu a fazer comportas e pontes; inventou e aperfeiçoou máquinas para elevar a água e construiu pequenos e grandes reservatórios. As terras pantanosas foram sendo pouco a pouco drenadas e transformadas em campos de cultura e criação. Os pequenos canais de cada aldeia foram sendo interligados, surgindo grandes sistemas de irrigação que, partindo de um largo e longo canal principal, distribuíam a água por canais cada vez mais estreitos e em maior número, até chegar às valetas de cada campo de cultivo.

Evolução social dos povos agrícolas

Ao longo de toda essa evolução das forças produtivas que se seguiu à agricultura e dela decorreu, a estrutura social sofreu modificações profundas e radicais. O homem inicia esta fase vivendo em pequenas tribos e chega a seu término organizado em grandes Estados altamente centralizados, com milhões de habitantes.

A propriedade e a família

De todas as modificações sociais produzidas pela passagem do estágio coletor para o agrícola, a mais importante é o surgimento, e posterior evolução, da instituição da propriedade.

Já vimos como, enquanto caçador e pescador, vivendo em tribos pequenas, o homem desconhecia a propriedade. Todos produziam para todos. Com a fixação do homem ao solo, pela agricultura, surge o embrião da primeira das formas de propriedade que o homem irá criar ao longo de sua história: a propriedade comunitária.

Na propriedade comunitária as terras de cultivo, campos de criação, aguadas e bosques pertencem à comunidade como um todo. Na sua forma inicial o mesmo se dá com referência aos instrumentos de trabalho e aos animais. Todos trabalham e produzem, e a produção é distribuída entre todos.

À medida que as forças produtivas evoluem, lentas modificações são introduzidas no quadro básico acima descrito. O aumento da capacidade produtiva traz consigo o crescimento da população; são possivelmente problemas decorrentes deste que forçam as primeiras modificações rumo a uma nova forma de propriedade.

A evolução das formas de propriedade entre os povos agrícolas está intimamente relacionada à da organização familiar. Quando as tribos nômades se transformam em comunidades sedentárias, o aumento da população e a crescente divisão do trabalho rompem o conhecimento mútuo entre todos os seus membros, que era uma das características essenciais da fase anterior. Surgem estranhos dentro da própria comunidade. Cada indivíduo já não pode sentir-se tão participante desse corpo social, quanto anteriormente. Isto reforça os grupos menores, que formam a comunidade, e que são as famílias.

Esta família primitiva nada mais é do que um clã ou *gens*, isto é, todos os indivíduos que têm uma ascendência comum. Nesta fase inicial a ascendência comum era dada pela linha materna. Os clãs já existiam, em forma embrionária, nas tribos coletoras, mas somente ganham importância com o crescimento das comunidades agrícolas.

A vida comunitária vai simultaneamente reduzindo ainda mais a liberdade matrimonial, ampliando-se as restrições baseadas no parentesco, chegando finalmente a permitir apenas a união entre indivíduos de clãs diferentes. Como a linha predominante é a materna, o homem ao casar passa ao clã da mulher, ao qual pertencerão seus filhos.

O fortalecimento dos clãs rompe lentamente a propriedade comunitária, que se transforma em propriedade clânica. Ambas as formas coexistem por muito tempo dentro da mesma comunidade, pois a passagem de uma para outra é lenta e gradativa, devendo ter começado com os instrumentos de trabalho e as habitações, para depois incluir os campos de cultivo. Por muito tempo, apesar dos animais já pertencerem a este ou àquele clã, os pastos, assim como as aguadas e os bosques, pertencem à comunidade.

Com o aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho e sendo estes, em função da divisão do trabalho, fabricados e manejados principalmente por homens, a organização matrilinear transforma-se num entrave, pois o casamento significava, para o clã do marido, a perda de seu trabalho e de seus bens. Isto leva à inversão da estrutura familiar, passando a mulher para o clã do marido, dando lugar a clãs patrilineares. O mais provável é que essa modificação tenha surgido junto e em decorrência da utilização dos metais.

A propriedade clânica significa que a produção dos membros do clã é distribuída entre eles, e o excedente, ou seja, aquela parte da produção que não é consumida, é apropriada pelo clã para ser utilizada em inversões destinadas a aumentar a capacidade produtiva das terras, pastos, minas e oficinas pertencentes ao clã. Mas quem faz essa apro-

priação não é uma entidade abstrata; são as pessoas que dirigem o clã. Quem são essas pessoas? São as descendentes diretas do tronco original, ou seja, as pertencentes à unidade familiar que, entre centenas ou mesmo milhares de unidades familiares que compõem o clã, descendem mais diretamente da unidade familiar que lhe deu origem.

Estas pessoas vão formar a primeira classe proprietária da história. Delas surgirão os senhores, enquanto os outros passarão a servos. O próprio crescimento demográfico, decorrente do aumento da capacidade produtiva, impedirá a manutenção da apropriação clânica no sentido e na forma originais. Em vez de entregar toda a produção para distribuição, cada um dará uma parte à família-cabeça do clã. Esta continuará a desempenhar todas as funções dirigentes, pelo que não trabalhará mais na produção, obtendo seu sustento das contribuições obrigatórias das outras famílias. Sua própria posição fará com que confunda cada vez mais seus próprios interesses com os do clã, utilizando este como seu instrumento.

Esse tipo de estrutura de propriedade pode ser chamado de feudal, pois apresenta semelhanças essenciais com a estrutura de propriedade que predominou na Europa durante a Idade Média.

Os homens já não se relacionam agora, no processo produtivo, como iguais entre si. Agora há duas igualdades: a igualdade dos servos e a igualdade dos senhores. As relações dos homens entre si no processo produtivo sofreram portanto uma profunda alteração.

Duas coisas precisam ser ditas antes de passar adiante. Em primeiro lugar é preciso compreender que tanto a tribo, primeiro, quanto o clã, depois, eram entidades que protegiam seus membros. Desde que nascia, até a sua morte, cada indivíduo dependia inteiramente de seu clã para a maior parte de suas necessidades e para a solução da maior parte de seus problemas. A agressão a um membro do clã era considerada agressão a todos; na doença, na invalidez ou na velhice, o clã o sustentava; os conflitos entre os membros do clã eram resolvidos pelos seus cabeças dentro de rígidos códigos de ética que haviam evoluído junto com a própria estrutura clânica. Quando a comunidade entrava em conflito armado com outra, todos os seus clãs se uniam para defendê-la; eles eram a comunidade, e cada membro do clã em idade apropriada deixava seu trabalho e ia lutar. O mesmo ocorria nos conflitos entre os clãs. Cada clã tinha sua estrutura mágica, depois quase religiosa, própria, seus antepassados comuns eram venerados por todos, seus espíritos tutelares eram especificamente seus. Quando os cabeças de clã se transformam, lentamente, em senhores, reduzindo os demais membros

à condição de servos, essa dependência continua; estes assumem para com aqueles, transferem, seria o termo mais adequado, as mesmas obrigações que antes tinham para com o clã como um todo. Os senhores por sua vez assumem para si as funções de protetores e orientadores, responsabilizando-se pelas condições de seus servos. Como todo esse processo foi gradual, a adaptação às novas condições não provocou conflitos generalizados. Cada indivíduo em si pouco ou nada percebeu da mudança fundamental que estava ocorrendo em seu redor.

Em segundo lugar é preciso que se diga que o processo aqui descrito corresponde a um modelo. Em cada comunidade, em cada época, em função de condições específicas das mais diversas, os acontecimentos tomaram rumos diferentes, gerando formas de organização distintas. Essas diferenças formais são tão grandes que, com relativa facilidade, obscurecem o conteúdo comum; e que é o essencial: que a agricultura gerou uma profunda modificação nas relações dos homens entre si, passando de uma comunidade de iguais a uma sociedade de classes.

O Estado

A partir deste ponto, ou seja, do que podemos chamar de transformação dos clãs em feudos, a evolução foi rápida apenas naqueles casos onde grandes obras de drenagem e irrigação permitiram o contínuo crescimento da população e exigiram um esforço comum de trabalho que transcendia a capacidade de cada clã. Isto, nos vales dos grandes rios. Em todas as outras regiões o processo foi extremamente lento, permanecendo os povos que as habitavam durante séculos seguidos em algum nível intermediário entre a comunidade agrícola primitiva e uma estrutura de feudos independentes.

Nos vales dos grandes rios, porém, os feudos logo tiveram de lutar entre si pelo controle das águas e das terras necessárias à irrigação. Os feudos mais fortes conquistam os mais fracos, uns se tornam tributários dos outros. Os cabeças-de-clã dos feudos mais fortes se transformam em reis, os reinos se combatem entre si, até que a maior parte do vale, com milhões de habitantes, fica sob o domínio de uma única família, surgindo os grandes impérios agrícolas.

O surgimento de reinos e impérios agrícolas, os primeiros Estados, foi também o coroamento de um longo processo que teve seu início na velha assembleia tribal, em que homens e mulheres tomavam as decisões que afetavam os destinos de todos.

Com o crescimento da importância dos clãs, decorrente do aumento da população, a assembleia de todos tornou-se inviável, e foi sendo gradativamente substituída por um conselho de cabeças-de-clã. Por muito tempo a maior autoridade de cada comunidade, que exercia funções de magistrado, isto é, de resolver pendências ocorridas dentro da comunidade, era eleita por todos os adultos, por períodos curtos, em assembleias que eram sobrevivências da fase anterior. Para os casos de guerra, isto é, de conflitos armados com outras comunidades, elegia-se um chefe, cujas funções se limitavam ao período em que durasse o conflito.

À medida que a população crescia, e que surgiam aldeias inteiras pertencentes ao mesmo clã, a figura do chefe local, do magistrado, passa a ser secundária dentro da organização política. O poder se concentra cada vez mais nas mãos dos cabeças-de-clã, que passam a eleger entre si o chefe supremo, assim como o chefe militar.

As crescentes necessidades administrativas, impostas por uma população cada vez maior, fazem com que certas funções tenham de ser exercidas em regime de dedicação exclusiva, o que se torna ainda mais necessário, à proporção que essas funções passam a exigir, cada vez mais, conhecimentos especializados e treinamento específico. Nada mais natural que essas pessoas sejam de confiança dos cabeças-de-clã pelo que essa classe de administradores já nascerá intimamente unida aos futuros senhores, sendo seus membros extraídos das próprias famílias dominantes. O mesmo ocorre com as classes militar e sacerdotal, quando passam a ter existência permanente. É importante lembrar que, nesta fase da evolução social, não há nenhuma distinção entre a função policial interna e a militar.

À medida que os clãs se transformam em feudos, cada um deles terá montada sua estrutura administrativa e militar. Por outro lado, um número crescente de cargos passava a ser transmitido por herança. Quando a estrutura política se torna mais complexa, com clãs superpostos dando lugar a reinos e impérios, o aparelho do Estado já está montado. Muito antes disso a própria chefia suprema já passara a ser hereditária, possivelmente por eleições sucessivas do cabeça do clã mais forte, recebendo seu filho não apenas a chefia do clã, mas também a chefia suprema do povo, que passa a pertencer a esse clã, agora transformado em dinastia.

A criação de grandes impérios centralizados, com sua nobreza estratificada em diferentes graus hierárquicos, e com sua imensa máquina administrativa e suas poderosas classes militar e sacerdotal, apogeu do desenvolvimento desse processo, será uma decorrência da necessidade de

mobilizar recursos humanos e materiais para construir, operar e manter os grandes sistemas de irrigação surgidos nos vales dos grandes rios.

Tal como no que se referiu à evolução da propriedade, o processo descrito nada mais é do que um modelo. Aqui também as condições específicas de cada povo em cada época levaram a formas bastante diferenciadas entre si, principalmente em função de lutas entre famílias pelo poder do clã, entre clãs pelo poder monárquico, e entre povos diferentes que se conquistavam para obter o controle das terras mais férteis. A essas lutas somam-se com o tempo aquelas que serão quase uma constante na política dos impérios agrícolas, a luta entre o poder central, representado pela dinastia reinante, e os poderes locais, representados pelos senhores dos feudos. Toda a variedade e complexidade da história política dos Estados agrícolas não deve obscurecer o fato de que a agricultura, com a introdução da propriedade e a criação das classes sociais, promoveu o surgimento do Estado e substituiu a participação coletiva nas decisões políticas por um governo minoritário, formado pelos mais poderosos entre os senhores de terras.

A religião

Processo paralelo de evolução transformou os rituais mágicos dos povos coletores, originados da reprodução dos movimentos executados no trabalho, nas grandes religiões organizadas que caracterizam as civilizações agrícolas.

O primeiro passo deve ter sido o gradual desenvolvimento do culto aos antepassados, fortalecido pela estrutura clânica. Se a magia original procurava propiciar diretamente os acontecimentos naturais, cada vez mais se buscará agora utilizar os antepassados comuns como intermediários nesse processo. As novas formas de trabalho continuarão a enriquecer os rituais, misturando-se com as antigas, de modo a criar formas ritualísticas cada vez mais complexas.

A dependência em relação à agricultura ampliou o conhecimento do homem sobre certas relações causais da natureza. As estações do ano são reconhecidas, assim como sua influência direta sobre as plantas. Descobre-se que há uma relação entre a posição das estrelas e as estações. O fenômeno da fertilidade passa ao primeiro plano das preocupações humanas.

Mas esse conhecimento é falho e incompleto, gerando portanto explicações errôneas. Da mesma forma que antes procurava propiciar animais, agora passará a tentar influenciar estrelas e sementes. A própria

complexidade dos novos rituais exigirá um número cada vez maior de pessoas com conhecimentos especializados, surgindo o embrião de uma classe sacerdotal.

Por outro lado, o forte predomínio dos laços clânicos e o culto aos antepassados comuns, farão com que o homem dê forma humana aos espíritos, ou seja, às forças da natureza das quais se sente dependente. De um modo geral, cada clã terá seus espíritos tutelares próprios, cujas características principais estão intimamente ligadas com o tipo de atividade econômica e com os fatores ambientais que predominavam à época de sua formação. Com o tempo tornar-se-á impossível estabelecer essa ligação, em face da sua contínua e gradual transformação, devida a inúmeros fatores, tais como migrações, contatos com outros clãs ou povos e muitos mais.

Além desses espíritos próprios a cada clã, haverá aqueles, comuns a todos os povos, cujas condições de vida forem semelhantes. Quando as comunidades humanas se espriam e multiplicam ao longo dos vales dos grandes rios, por mais diferenciados que sejam os espíritos tutelares de cada uma de suas centenas de clãs ou feudos, compartilharão espíritos comuns, tais como o do rio, da fertilidade, este geralmente feminino, do sol, espíritos estes que logo se transformam em deuses, cujas figuras são humanizadas, ganhando inclusive atributos e qualidades humanas, geralmente vinculadas à sua origem real, e sobre os quais surgem e se desenvolvem lendas que formam uma verdadeira biografia do deus personalizado.

À medida que os diversos clãs e feudos são politicamente consolidados, unindo-se em reinos e impérios, toda essa massa de espíritos e divindades, com seus rituais e cerimônias, dá origem a uma religião organizada, intimamente ligada à dinastia reinante, religião essa que, como não poderia deixar de ser, será politeísta.

É preciso compreender também que a íntima conexão entre o sobrenatural e o clã, assim como entre as ações do homem em seu cotidiano e o propiciamento a espíritos e deuses, criou todo um complexo liame de obrigações e proibições, superstições e tabus, dentro do qual cada indivíduo estava inteiramente inserido. Cada um desses mandamentos de ordem moral tinha uma origem calcada no mundo real, ou em interpretações errôneas do mundo real. Quando surgiram, eram exigências objetivas das condições de vida e de trabalho da comunidade. Com o tempo seu conteúdo foi esquecido, restando somente a forma. Enquanto somente a forma sobrevivia, e a origem objetiva era esquecida, o mandamento tendia a tornar-se cada vez mais rígido e inflexível, cada vez mais associado ao sobrenatural, sendo muitas vezes, ao longo do tempo, enri-

quecido por detalhes que nada tinham que ver com seus propósitos originais.

Como tudo isso fazia parte integrante da vida quotidiana de cada um, e era considerado de suma importância, sendo as transgressões punidas, em certos casos até com a morte, a existência de uma classe sacerdotal, capaz de ensinar, orientar e aplicar punições era indispensável.

A escrita

A complexidade dos rituais religiosos, aliada à complexidade das funções administrativas dos grandes reinos e impérios agrícolas, levou ao desenvolvimento das primeiras formas avançadas de escrita.

Desde muito cedo o homem aprendera a comunicar-se por meio de sinais. Estes sinais eram inicialmente representações pictóricas de objetos. Já foram encontradas inscrições desse tipo em milhares de rochas, tratando-se geralmente de comunicações entre caçadores, muitas datando do Paleolítico Superior. Enquanto cada indivíduo desenhar o objeto tal como vê, dando lugar a uma infinita variedade de formas, não podemos falar de escrita. Com o tempo, à medida que certos tipos de comunicação tornam-se indispensáveis, surgem formas obrigatórias de representação, geralmente estilizadas. Somente aí é que surge a primeira forma organizada de escrita, chamada de *pictográfica*.

Nas comunidades agrícolas primitivas, já sedentarizadas, a necessidade de comunicação escrita é quase nula, pelo que suas técnicas permanecem estacionárias, chegando até à regressão. À medida que as comunidades crescem e se acelera o processo que levará à formação dos grandes reinos e impérios agrícolas, o progresso das técnicas da escrita é retomado. Mas haverá uma diferença fundamental. Enquanto anteriormente todos os que trabalhavam precisavam entender as comunicações escritas, agora essa necessidade existirá apenas para os que lidam com registros oficiais ou com textos religiosos. A maioria do povo, que continuará vivendo em pequenas comunidades e aldeias agrícolas, será condenada à marginalização em relação à evolução da escrita.

As novas necessidades tornaram necessárias novas técnicas e formas de representação gráfica. Já não era mais um problema de representar objetos, mas idéias abstratas, com o que novos sinais são criados, dando lugar à escrita chamada *ideográfica*, típica das civilizações baseadas na agricultura.

Esse tipo de escrita tinha obrigatoriamente de possuir milhares de sinais diferentes, pelo que seu aprendizado exigia anos consecutivos de

dedicação exclusiva. Essa especialização torna ainda mais difícil a generalização não apenas da capacidade de ler e escrever, como do próprio conhecimento acumulado por meio da escrita, pelo que este se torna monopólio de umas poucas pessoas, pertencentes ou intimamente associadas à classe social dominante, pois somente elas tinham possibilidade de atravessar o longo período de aprendizado exigido. Para atender as necessidades limitadas da maioria da população desenvolve-se uma atividade profissional específica, a dos escribas.

Evolução dos povos pastoris

Enquanto todo esse processo de desenvolvimento econômico tinha lugar ali onde o homem encontrara terras suficientemente férteis para permitir-lhe produzir cada vez mais, dando lugar a populações crescentes, outro processo semelhante tinha lugar ali onde as terras, apesar de inadequadas para o desenvolvimento agrícola, permitiam a manutenção de grandes rebanhos.

Surgiram assim os povos pastoris, cuja principal atividade produtiva é a criação de grandes rebanhos. Por muito tempo pensou-se que o pastoreio tinha antecedido à agricultura na seqüência da evolução econômica do homem. Essa concepção não é mais considerada válida. Não foram os coletores, que caçavam animais de grandes rebanhos selvagens, que se transformaram em pastores. As comunidades pastoris se desenvolveram a partir das comunidades agrícolas, após estas haverem conseguido a domesticação dos animais. As condições ambientais específicas das regiões onde viviam é que forçaram esses povos a depender cada vez mais dos rebanhos e menos do cultivo. À medida que a pressão demográfica, ou outros motivos, os levavam a migrar, procuravam terras adequadas à criação em grande escala.

Ao longo de toda a evolução dos povos agrícolas, os povos pastoris viveram nas pradarias e estepes situadas na periferia dos campos mais férteis. Estavam em contato quase permanente uns com os outros, contatos estes que muitas vezes produziram conflitos armados, principalmente quando condições climáticas adversas reduziam a capacidade produtiva das terras dos povos pastoris, levando-os a invadir as regiões cultivadas. São frequentes ao longo da história os episódios de invasões dessa natureza, chegando em certos casos à conquista de um grande império agrícola pelo povo pastoril invasor.

As próprias diferenças de produtividade entre o cultivo e a criação mantiveram sempre a população dos povos pastoris a níveis muito infe-

riores daqueles atingidos pelos que viviam da agricultura. Em função disso, a evolução econômica e social desses povos nunca ultrapassou à dos primeiros estágios de evolução dos povos agrícolas. Muitas das formas de estrutura social correspondentes a estágios mais avançados, encontradas entre pastores, foram adquiridas por intermédio de suas relações constantes com os povos agrícolas.

O grande instrumento de desenvolvimento pastoril foi a domesticação do cavalo e seu emprego como animal de montaria. Montado em seu cavalo o homem pôde acompanhar, orientar e controlar rebanhos enormes de outros animais, pôde explorar amplas regiões à procura de pastos e aguadas, ganhando também uma mobilidade em combate que o tornava praticamente invencível diante dos povos agrícolas que combatiam a pé.

A roda foi também um instrumento de grande utilidade para os povos pastoris, permitindo-lhes transportar seus objetos em carroças, o que era de grande importância em face das suas condições de vida.

O nomadismo dos povos pastoris é diferente daquele encontrado entre os coletores. Trata-se mais apropriadamente daquilo que é conhecido como transumância, isto é, o movimento regular dos rebanhos, que a cada estação do ano procuram os pastos mais viçosos. A distância total percorrida variará de acordo com as condições específicas de cada região, podendo resumir-se a subir e descer as encostas de uma montanha ou alcançar a centenas de quilômetros. Somente quando as condições de vida nessas regiões por eles percorridas tornavam-se insuficientes é que emigravam para outras terras.

Tanto em seus alimentos, no seu vestuário ou em suas habitações, quanto em seus instrumentos de trabalho, os povos pastoris utilizavam em grande escala as matérias-primas que sua própria atividade lhes fornecia, tais como peles, pêlos, cerdas, couros, ossos e chifres, além de lã, e da carne e do leite. Sempre que necessitavam de instrumentos mais complexos do que os que podiam ser fabricados com essas matérias-primas, ou tinham de obtê-los de comunidades agrícolas próximas, por meio de trocas ou do comércio, ou parte do povo tinha de sedentarizar-se, formando-se grandes acampamentos permanentes, muitos dos quais evoluíram posteriormente, até transformarem-se em cidades.

A evolução das relações de propriedade, da estrutura familiar, da organização política e da religião, seguiu, entre os povos pastoris, linhas muito semelhantes às que analisamos nos povos agrícolas, ainda que nunca tenha alcançado, por evolução própria, os mesmos níveis elevados correspondentes às civilizações surgidas quando da unificação dos vales dos grandes rios.

A propriedade comunitária da terra permaneceu entre os pastores por muito mais tempo, enquanto os rebanhos cedo passaram a pertencer aos clãs. A transmissão da propriedade por herança será também aqui a responsável pela introdução da estrutura patrilinear na organização familiar. Os cabeças-de-clã terão aqui maior autoridade do que seus congêneres em etapa semelhante da evolução dos povos agrícolas, mas nunca chegarão a transformar-se em senhores de terra, isto é, em classe dominante, ainda que venham a copiar muitas das formas de comportamento e dos hábitos de vida dos senhores agrícolas. A estrutura de classe somente surge entre os pastores quando estes se sedentizam, criando economias mistas de cultivo e criação, ou quando um povo pastor, por conquista, se transforma em classe dominante de um povo agrícola.

Por outro lado, a existência de um poder central, unindo e dominando todos os clãs de um mesmo povo, ocorre muito mais cedo do que na evolução dos povos agrícolas. Este poder, que se consolida em torno da chefia do clã mais antigo ou mais forte, nunca chegará, porém, ao grau de complexidade e organização que caracteriza os reinos e impérios agrícolas.

Algo semelhante se dá com a evolução religiosa, que, partindo também da magia, nunca irá muito além dela em termos de organização. A própria simplicidade da natureza e das atividades produtivas, em comparação com as condições predominantes nas economias baseadas na agricultura, não forçará a uma crescente complicação dos rituais e mandamentos religiosos, pelo que as religiões dos povos pastores, apesar de receberem grandes influências externas, permanecem muito mais simples, gerando posteriormente as primeiras concepções monoteístas.

As grandes civilizações agrícolas

Em torno de 3000 a.C. a prática da agricultura estava espalhada ao longo de uma extensa e larga faixa que atravessava o Velho Continente do Atlântico ao Pacífico. Esta faixa incluía a bacia do Mediterrâneo, a Europa Central, a Ásia Menor, o Oriente Médio, as terras ao norte do Mar Negro e entre esse mar e o Cáspio, os planaltos iranianos, o norte da Índia, as florestas do sudeste da Ásia e o norte da China. A agricultura também era praticada nos planaltos mexicanos. Na periferia dessa faixa agrícola viviam povos pastores, principalmente no norte da África, nas estepes ao norte da península da Arábia e nas grandes estepes que se estendem desde o Volga até o Góbi. No resto do mundo o homem ainda se encontrava em algum dos estágios anteriores de seu desenvolvimento.

Ao longo dessa extensa faixa os diversos povos encontravam-se também em etapas diferentes de sua evolução como agricultores. Desde a mera utilização do cultivo como suplemento à coleta até os primeiros reinos organizados, com suas dinastias e sua estrutura de classe.

Em quatro pontos diferentes dessa faixa concentravam-se os povos cujo estágio de evolução era mais avançado, e nesses quatro pontos, ao longo dos séculos imediatos, surgiram as primeiras grandes civilizações.

Esses pontos eram vales de grandes rios, onde a fertilidade da terra, aumentada por extensos e complexos trabalhos feitos pelo próprio homem, havia permitido o crescimento da população ao nível dos milhões de habitantes. Analisaremos agora essas quatro civilizações, surgidas nos vales do Nilo, do Tigre e do Eufrates, do Indo e do Amarelo.

Egito — Não fosse pelo Nilo, o canto nordeste da África seria unicamente um grande deserto, pois não há chuvas suficientes para permitir o surgimento de vegetação. Três sétimos de suas águas provêm da região dos Grandes Lagos, no coração da África Oriental, por intermédio do Nilo Branco; o restante desce dos planaltos etíopes pelo Nilo Azul e o Atbara, que se juntam ao primeiro no Sudão. A partir da confluência do Atbara, muito antes de entrar no Egito, o Nilo não recebe mais nenhum afluente, passando a perder volume, devido à evaporação.

A partir da Primeira Catarata, nas proximidades de Assuã, e ao longo de aproximadamente 800 quilômetros, o Nilo corre por um estreito vale, cuja largura média é de menos de 20 quilômetros, até abrir-se no grande delta por onde deságua no Mediterrâneo. Nesse vale, aberto pelo próprio rio entre planaltos desérticos de calcário, as grandes enchentes, que ocorrem regularmente, começando em setembro e escoando-se gradualmente até dezembro, depositam o solo fértil que trazem dos planaltos etíopes, onde são provocadas pela estação das chuvas, que se inicia em maio.

É nessa estreita faixa de terra, cuja superfície cultivável não ultrapassa 25.000 quilômetros quadrados, que se desenrola a história egípcia, pois, apesar de que em fases de expansão suas fronteiras tenham sido levadas muito acima da Primeira Catarata, essas terras sempre foram consideradas como fora do Egito propriamente dito.

Há cerca de 3.100 anos a.C. os diversos Estados feudais que existiam no vale, por nós conhecidos como *nomos*, haviam sido reunidos em dois reinos, após sucessivas guerras das quais há poucas informações precisas. No século seguinte o rei do Alto Egito, Menes, conquista o Baixo Egito, unificando pela primeira vez o país, fundando a cidade de Mênfis, à margem esquerda do Nilo pouco acima do início do delta, e iniciando a primeira dinastia historicamente conhecida.

O Estado fundado por Menes, conhecido como Antigo Império, durou aproximadamente mil anos, correspondendo a dez dinastias sucessivas das quais a mais famosa, por corresponder à fase de apogeu, é a quarta, cujos faraós Khu-fu, Khaf-Ra e Mencanor, conhecidos pelos nomes gregos de Quéops, Quefrem e Miquerinos, construíram para si túmulos monumentais de forma piramidal, ainda existentes e largamente conhecidos. As grandes pirâmides marcam o apogeu, em termos de tamanho, de tendência comum a todos os povos agrícolas de construir grandes túmulos para os chefes de clã e senhores de terra. Sendo o faraó o senhor dos senhores, obviamente seu túmulo deveria ser o maior de todos.

O Antigo Império era um Estado altamente centralizado. A necessidade de manter e ampliar os sistemas de irrigação e drenagem, assim como de construir e operar uma vasta rede de armazéns, destinados a guardar os excedentes de cereais das boas safras para os anos em que a produção ficava abaixo do consumo, gerou uma burocracia complexa, intimamente ligada à classe sacerdotal, e ambas aos senhores de terras, dos quais o maior era o próprio faraó.

A classe sacerdotal era o grupo político mais poderoso do país. A religião tornara-se mais e mais complexa com a unificação do vale e a incorporação dos deuses e espíritos locais em um único sistema religioso. A própria monarquia era considerada de origem divina. A complexidade da escrita egípcia, os hieróglifos, tornava seu aprendizado possível apenas para uns poucos, e a origem mágica da arte de escrever fazia com que os sacerdotes praticamente a monopolizassem.

Os senhores de terra eram a classe dominante, e de suas famílias é que saíam os administradores, os burocratas e os sacerdotes. Essa nobreza estava organizada dentro de rígidas normas hierárquicas, obedecendo a complicados códigos de precedência. Apenas os cargos mais baixos da máquina administrativa eram acessíveis a quem não pertencia às famílias proprietárias.

Os mercadores e artífices das cidades e aldeias ocupavam uma posição secundária. Apesar de que o vale já estava a essa época pontilhado por núcleos urbanos, estes só existiam em função das regiões agrícolas circunvizinhas, às quais serviam como centros administrativos e de recolhimento e distribuição da produção. A maior parte da produção artesanal era ainda realizada em pequenas oficinas nas aldeias. Apenas a metalurgia, a extração de minerais não-metálicos e a preparação de materiais de construção exigiam grandes concentrações de mão-de-obra. Outra atividade desse tipo era a colheita e preparação de papiro, planta abundante nos pântanos que margeavam o rio e que era utilizada como papel.

A grande massa trabalhadora era formada de servos, presos às terras de seus senhores. Os trabalhos não-agrícolas eram também realizados por servos. Para as grandes obras públicas empregavam-se os servos da casa real ou, quando estes eram insuficientes, contingentes remetidos pelos senhores de terras. As pessoas condenadas pela estrutura judiciária eram empregadas em trabalhos forçados, mas não há nenhum indício de escravidão tal como a concebemos atualmente.

A classe militar nunca teve papel de destaque no Antigo Império, pois após a unificação do vale só se mantinham contatos com povos em níveis culturais bem mais atrasados, quer nos desertos do Sinai e da Líbia, quer acima da Primeira Catarata, na Núbia.

O apogeu do Antigo Império se dá com a quarta dinastia, entre 2600 e 2400 a.C. Segue-se-lhe um período de estagnação e recessão econômicas acompanhado de desagregação política. À medida que o poder central enfraquece e a grande máquina administrativa encarregada dos sistemas de irrigação e armazenamento se desmorona, os senhores locais procuram defender seus interesses aumentando sua autonomia, até que a autoridade da dinastia sediada em Mênfis se reduz unicamente à região circundante. Alguns centros de poder locais tornam-se mais poderosos do que os remanescentes do poder imperial, criando Estados independentes, o principal dos quais em Suten Henen, logo ao sul de Mênfis.

O processo de desagregação se acelera a partir da sexta dinastia, mantendo-se por quase três séculos. A decadência da civilização egípcia, nesse período, é total, pois a redução dos níveis de atividade econômica corresponde um retrocesso das demais atividades, desde a administração pública até as artes. Foi um período de freqüentes guerras e choques armados, à medida que os senhores de terra se combatiam mutuamente para ampliar seu poderio.

Em torno de 2000 a.C. os senhores da região cujo centro era a cidade de Tebas, no sul do Egito, após sucessivas vitórias contra outros centros regionais de poder, voltam a organizar o país, formando o chamado Médio Império. Este período se inicia com a décima primeira dinastia, mantendo-se por cerca de duzentos anos. Apesar das três dinastias que compõem o Médio Império terem reorganizado o país, nunca alcançaram os níveis de centralização do Antigo Império, e nunca conseguiram unificar inteiramente o vale, permanecendo certas áreas fora de seu controle, principalmente no extremo norte.

Tebas, cujo nome egípcio nessa época era Wesi, ou Uessi, era então, e seria por mais de mil anos, a maior cidade do Egito. Seu desenvolvimento durante o período de decadência do país devera-se à sua posição

como entreposto comercial, mantendo contatos rio acima com os povos de Núbia e, pelo mar Vermelho, com os povos do sul da Arábia e do nordeste da África, possivelmente até a atual Somália. Os egípcios já haviam desenvolvido a navegação à vela, o que permitia o envio de frotas comerciais a pontos relativamente distantes, desde que seguindo o litoral.

Sobre a importância do comércio na evolução de Tebas e do Médio Império é preciso compreender duas coisas. Em primeiro lugar, aqui nunca surgiu uma classe de grandes comerciantes que pudesse acumular riquezas suficientes para disputar aos senhores de terra o poder político. O grande comércio, assim como as atividades manufactureiras a ele associadas, eram empreendimentos dos próprios senhores de terra, sendo em sua maior parte oficiais. Por outro lado, a importância relativa maior dessas atividades no Médio Império, em comparação com o Antigo Império, altera a composição das forças sociais; artífices e mercadores desempenham um papel bem mais significativo; a dinastia reinante depende menos dos outros senhores, pois obtém rendas com o comércio, e o papel das classes burocráticas e sacerdotais será aqui bem menos importante.

Após uma outra fase de apogeu, com a décima segunda dinastia, o Médio Império entra em um processo de decadência semelhante àquele que o antecederá. A própria origem do poder das dinastias desta época dera à classe militar uma predominância que havia sido desconhecida anteriormente. À medida que a decadência geral traz novas revoltas locais, os chefes militares passam a desempenhar um papel cada vez mais importante, chegando mesmo a derrubar faraós. Centros locais de poder surgem e crescem, reduzindo o Império à região próxima a Tebas.

Desta vez o enfraquecimento egípcio criou condições favoráveis para que povos pastores das estepes vizinhas o invadissem, apossando-se de certas áreas e nelas se estabelecendo. Afora incidentes menores, a primeira dessas invasões é feita por um povo de origem líbica, que ocupa a região em torno de Xoís, no Baixo Egito, fundando uma dinastia própria.

Em torno de 1800 a.C. um outro povo pastor, os hicsos, provenientes da Arábia através do Sinai, estabelece-se em algumas regiões do delta. Após alguns anos inicia a expansão de suas conquistas, derrotando facilmente a infantaria egípcia, pois possuía cavalos e carros de guerra, ambos desconhecidos até então no vale do Nilo.

Os chefes hicsos assumem o governo do país, fundando a décima quinta dinastia. Seu domínio nunca chega a incluir todo o vale. Estabelecem-se principalmente nas regiões do delta, onde seus reis acampam na margem direita do Nilo, defronte a Mênfis. Apesar de sua superior-

ridade em armamentos, são numérica e culturalmente inferiores aos egípcios, pelo que terminam sendo inteiramente absorvidos pelos hábitos e costumes da civilização agrícola que haviam conquistado. Sua maior contribuição ao Egito é a introdução do cavalo, devendo ser mencionada também a influência exercida por suas concepções religiosas que tendiam ao monoteísmo.

A segunda dinastia hicsa já é praticamente egípcia, mas o ressentimento pela denominação estrangeira permanece, principalmente pelo fato de que os chefes conquistadores se haviam transformado em senhores das terras conquistadas, em substituição à nobreza original. Seu poder se enfraquece à medida que se envolvem nas lutas internas entre os diversos *nomos* semi-independentes do sul, e os egípcios aprendem a utilizar os armamentos que lhes haviam dado a grande superioridade inicial.

Cerca de 1.580 anos a.C. os senhores de Tebas, agora chamada Ne pelos egípcios, e cuja riqueza era ainda maior do que cinco séculos antes, já haviam unificado a maior parte dos pequenos Estados do Alto Egito, iniciando uma guerra de expulsão dos invasores que terminará com sua derrota total, sendo perseguidos em sua fuga até a Palestina, região que passa então ao domínio egípcio.

O chefe dessa guerra de libertação, Ames I, será o primeiro faraó da décima oitava dinastia, com a qual se inicia o chamado Novo Império. Este é o período de maior desenvolvimento da civilização egípcia. Sua duração é de cerca de seis séculos, correspondendo a três dinastias. O novo Estado é organizado em bases administrativas centralizadas a um grau muito maior do que seus antecessores. Organiza-se um exército permanente, com as inovações aprendidas dos hicsos, e este exército servirá, não apenas para a expansão territorial do Império, como para subjugar definitivamente o poder dos senhores de terras locais, que se fundem definitivamente com a burocracia, cada vez maior e mais complexa.

A reunificação do vale, com a reconstrução e ampliação dos sistemas de irrigação e drenagem, empregando agora técnicas mais avançadas, e a reorganização das redes de armazenamento de excedentes agrícolas, traz consigo um novo impulso à expansão da produção, que ultrapassa os níveis do Antigo Império, permitindo à população ultrapassar a casa da dezena de milhões. Novas técnicas são introduzidas e aperfeiçoadas nos demais setores de atividades econômicas, destacando-se a metalurgia do ferro, que substitui o cobre como mineral mais utilizado, e a fabricação de vidro.

A expansão econômica leva a um grande desenvolvimento das atividades comerciais, ainda que, tal como no Médio Império, não ao surgi-

mento de uma classe comerciante forte. Através de portos no mar Vermelho navios egípcios entram em contato com o golfo Pérsico e a Índia, descendo também rumo ao sul pela costa oriental africana, talvez até a foz do Zambeze. No Mediterrâneo estabelecem-se contatos com Creta e Chipre, esta última, grande produtora de cobre. Surgem rotas terrestres de caravanas que mantêm um comércio regular, através da Palestina e da Síria, com a Ásia Menor e a Mesopotâmia.

A expansão comercial, exigindo a segurança e a continuidade de uso das rotas terrestres e marítimas, leva à expansão militar, envolvendo o país em guerras de conquista na Palestina e na Síria, principalmente nos reinados de Tutmoses III na décima oitava dinastia; Ramsés II, na décima nona dinastia, que luta com os hititas pelo domínio da Síria e conquista a Líbia e a Etiópia; e Ramsés III, na vigésima dinastia, que conquista Chipre.

O fenômeno social mais interessante do Novo Império é a evolução religiosa. A proliferação de deuses e divindades menores das fases anteriores foi pouco a pouco sendo substituída por um sincretismo, no qual passou a dominar a divindade do sol, Ra, secundada por Osíris e Ísis, estes representando as forças reprodutivas e geradoras de vida. A evolução segue linhas cada vez mais de caráter ético e filosófico, afastando-se dos aspectos meramente mágicos, os quais continuam, porém, a gozar de grande popularidade. A maior parte da classe sacerdotal não aceita muito bem as novas concepções, pois obtém seu sustento exatamente da venda de feitiços, amuletos e fórmulas sagradas.

Ao iniciar-se o Novo Império já há uma cisão profunda entre o pensamento filosófico e religioso dos intelectuais e a prática religiosa da classe sacerdotal. Como esta é intimamente ligada à nobreza local, que foi submetida politicamente ao poder do Império, assume uma posição contrária à dos faraós, tomando parte como aliada da nobreza em sua tentativa de recuperar os poderes perdidos.

Essa luta, que a princípio tem apenas a forma de pressões e concessões mútuas, explode abertamente no reinado de Amen-Hotep IV, no décimo quarto século a.C. Influenciado pelos filósofos da época, muitos dos quais estavam por sua vez influenciados por idéias e concepções conhecidas pelo contato com outros povos, principalmente os próprios hicsos, este faraó rompe definitivamente com a classe sacerdotal.

É proclamada uma nova religião, fundamentalmente monoteísta, baseada na adoração do disco solar. O novo deus chama-se Aton, pelo que o faraó muda seu nome para Ikhnaton, e constrói uma nova capital, a que denomina Khutaton. Os templos das dezenas de outros deuses e

divindades menores são fechados, seus bens confiscados pelo Estado, seus nomes apagados de todas as inscrições e seus seguidores perseguidos.

Uma tentativa dessa natureza, partindo da superestrutura, sem levar em conta as condições reais da base econômica da sociedade, estava desde o início destinada ao fracasso. Enquanto o faraó reformista vive, a maioria da população, acostumada a ver no monarca reinante um deus, permanece apenas perplexa. A classe sacerdotal reage, mas somente consegue apoio suficiente após a morte de Ikhnoton, cujos fracos sucessores tentam manter suas reformas, mas são finalmente derrubados por um chefe militar de origem popular, que num audaz golpe sobe ao trono com o apoio dos sacerdotes, restabelecendo a religião tradicional.

Com esse golpe termina a décima oitava dinastia. Com a dinastia seguinte prossegue a expansão econômica do Império. Tanto esta como a seguinte, unem-se intimamente à classe sacerdotal, que volta à influência que tivera em períodos anteriores.

No final da vigésima dinastia, após o reinado de Ramsés III, voltam a surgir os sinais da decadência que já por duas vezes havia provocado o retrocesso geral da civilização egípcia. A partir do século XI a.C. dissensões internas voltam a separar o Império. Sucodem-se dinastias fracas, umas contemporâneas às outras, cada uma tentando ampliar sua base territorial para unificar o Império. Tebas e o sul entram em decadência, pois o comércio se dá agora principalmente pelas rotas do Levante e pelo Mediterrâneo. Cidades como Tanis, Bubastis e Sais, e a velha Mênfis, passam ao primeiro lugar em riqueza, população e poderio.

Outros povos lançam-se à conquista do vale. No século VIII a.C. grande parte do país é unida sob uma dinastia etíope, que por sua vez é expulsa por conquistadores assírios.

Em 664 a.C. Psammético I funda a vigésima sexta dinastia, cuja capital será Sais, e que representa a última tentativa de reorganizar o Império, ainda que sob um monarca de origem estrangeira, assíria e etíope. Os assírios são expulsos. A grande influência exercida nas regiões setentrionais por mercenários de outros países, contratados para o exército egípcio, e que promovem sucessivas rebeliões, tornam difícil a consolidação do poder político dos faraós dessa dinastia, que termina com a conquista persa, em 525 a.C. Com esse episódio, excluídas algumas subleções temporariamente triunfantes nos dois séculos seguintes, termina a história da civilização egípcia como base de um Estado soberano; com instituições e cultura próprias. X

Mesopotâmia — A região conhecida com este nome corresponde às terras situadas entre os rios Eufrates e Tigre, que descem dos planaltos

da Anatólia até alcançar o golfo Pérsico. Em seu sentido mais amplo inclui as terras em ambas as margens dos dois rios, até os montes Zagros a leste e o deserto da Síria a oeste, sendo limitada ao norte pelos contrafortes dos planaltos da Anatólia. A região se divide em duas partes bem distintas, a partir do ponto onde os dois rios mais se aproximam, perto do local em que hoje fica Bagdad. Para o norte os rios atravessam solo rochoso, onde a agricultura só é possível junto à confluência de alguns afluentes, tais como o Grande Zab. Para o sul estende-se uma larga planície aluvional, formada pelos depósitos trazidos pelos próprios rios, cujo solo é fertilíssimo, dependendo seu aproveitamento de grandes obras de irrigação e drenagem.

Essa planície aluvional, cuja superfície total de terras agricultáveis é de cerca de 90.000 quilômetros quadrados, foi o berço das mais antigas civilizações agrícolas da Mesopotâmia.

Certas diferenças ambientais fizeram com que o desenvolvimento das civilizações mesopotâmicas seguisse caminhos um pouco diferentes dos seguidos pela egípcia. Em primeiro lugar, a dependência em relação às enchentes, como fator de renovação do solo, não é aqui tão grande quanto no vale do Nilo, pois a capa de solo fértil é muito mais profunda. Por outro lado, as condições topográficas fizeram com que os rios mudassem freqüentemente de curso, pelo que certas áreas outrora férteis foram posteriormente engolidas pelo deserto, obrigando ao abandono de campos, aldeias e até de cidades. A Mesopotâmia é também mais aberta a invasões do que o Egito, pelo que sucessivas ondas de povos, das mais variadas origens, nela penetraram durante sua evolução histórica. Não se trata aqui, portanto, da história contínua de um único povo, mas de uma sucessão de povos que chegam, conquistam, misturam-se com a população que encontram, modificam a cultura do vale e são por ela modificados.

Considerando o nível de conhecimento que se tem hoje, a agricultura foi praticada na Mesopotâmia antes do que no vale do Nilo. Partindo do norte, as comunidades agrícolas foram lentamente avançando rumo à grande planície aluvional, cuja ocupação humana já era total em torno de 4000 a.C. Com o passar dos séculos novos povos foram chegando, entre os quais destacam-se os sumerianos.

Os sumerianos evoluem lentamente, dentro de um processo semelhante ao egípcio. Ao iniciar-se o terceiro milênio a.C. já existiam reinos independentes, alguns tributários de outros, todos compreendendo uma cidade principal, que era ao mesmo tempo capital política e centro religioso. Entre essas cidades destacam-se Kish, Uruk, Ur, Lagash e Umma.

O grau de desenvolvimento das forças produtivas nessa fase corresponde aproximadamente ao alcançado pelo Antigo Império egípcio. O cobre era o metal mais largamente utilizado. Fabricavam-se barcos de vários tipos, utilizados no comércio entre as cidades através de rios, canais e lagos. A evolução social, o desenvolvimento da religião e da classe sacerdotal e as manifestações culturais avançaram também a níveis correspondentes, inclusive com a introdução da escrita, igualmente pictórica. A maior diferença entre a civilização sumeriana e a egípcia reside no fato de aqui não se ter chegado à unidade política, com todas as decorrências de ordem social correspondentes. Em torno de 2375 a.C. um rei de Umma, Lugalzaguesi, consegue unificar pela força todos os reinos sumerianos. Esta teria sido a base de um grande império sumeriano, não fosse a quase imediata invasão de outro povo.

Desde uns mil anos antes dessa data povos de origem semítica, provenientes dos desertos a oeste e ao sul da Mesopotâmia, se haviam fixado na planície aluvional, logo ao norte das terras dos sumerianos, com os quais mantinham contatos constantes. Sua evolução econômica e social havia seguido os mesmos caminhos. Entre suas cidades destacavam-se Mari e Akkad.

Em torno de 2350 a.C. um rei de Akkad, Sargão, invade e conquista o recém-nascido império sumeriano, ampliando depois seus domínios com a conquista de todo o restante da Mesopotâmia e de algumas terras vizinhas até a Anatólia.

A unidade obtida por Sargão dura menos de um século. Novos povos invasores, principalmente os gutis, fundam reinos independentes, enquanto alguns dos antigos Estados sumerianos, como Ur, reconquistam a autonomia.

Uma nova tentativa de unificação é feita pelos reis de Ur, que conseguem unificar a maior parte do vale e terras vizinhas em torno de 2100 a.C. Esse império permanece por mais de um século, e sua organização é altamente centralizada. O poder do Estado é aqui muito maior do que em estágio semelhante da evolução econômica na civilização egípcia. Isso é fácil de compreender, pois tratando-se de um império construído pela conquista de outros povos, os senhores de terras dos povos conquistados eram expropriados, passando suas propriedades para o Estado conquistador, que nada mais é do que o representante de sua própria nobreza.

Esta é também uma das únicas fases da história da Mesopotâmia em que os reis são considerados divinos. A sucessão de povos com religiões diferentes torna impossível a unificação ao estilo egípcio. A

classe sacerdotal permanece local, a serviço dos deuses de cada cidade. Apesar da importância que alguns desses centros religiosos chegarão a ter, nunca surge uma classe sacerdotal unificada, capaz de influir nos destinos políticos dos impérios.

Essas duas características, maior poder do Estado, em relação à nobreza proprietária de terras e menor participação política da classe sacerdotal, são as principais diferenças entre as civilizações mesopotâmicas e a egípcia.

O império sumeriano de Ur segue o mesmo destino de seus antecessores, e pelos mesmos motivos. O vale divide-se em cinco reinos, um dos quais, cuja capital é Babilônia, conseguiu finalmente, em torno de 1700 a.C., voltar a unificar todos.

Surge então o que é conhecido como Primeiro Império Babilônico, fundado por Hammurabi. Sua dinastia é de origem semita, descendente de pastores que haviam invadido a região alguns séculos antes. Por essa época já a língua sumeriana havia sido substituída em todo o vale pelos idiomas semitas, principalmente o acadiano.

O Primeiro Império foi um Estado tão altamente centralizado quanto o Novo Império egípcio. As principais diferenças de superestrutura decorrem fundamentalmente daquelas a que já nos referimos. O enfraquecimento dos senhores locais abriu caminho para uma classe de comerciantes e mercadores independentes, principalmente nas cidades que ocupavam posições estratégicas nas rotas comerciais. Ainda que essa classe nunca tenha tido sequer possibilidades de alcançar poder político em termos de estado, sua posição em algumas cidades chegou a ser bastante forte, muito mais do que a jamais alcançada pela sua correspondente egípcia.

A existência de uma classe numerosa e ativa fora da estrutura feudal de origem clânica e o caráter local da religião, tornam necessária a evolução do direito. A organização judicial alcançou grande desenvolvimento, cabendo a Hammurabi a institucionalização de um dos primeiros códigos penal e civil de que se tem conhecimento, baseado em trabalhos anteriores dos Estados sumerianos, como o código de Dongi, que o antecederam por cerca de quatro séculos. Enquanto no Egito a aplicação do direito estava ligada à classe sacerdotal, na Mesopotâmia isso era impossível. As punições deixaram portanto de ter características mágicas ou divinas.

Excluídas as diferenças já mencionadas, a estrutura social babilônica era muito semelhante à egípcia. A maioria da população trabalhadora era composta por servos. O número de escravos era proporcional-

mente maior do que no Egito devido às necessidades de mão-de-obra dos comerciantes, que não possuíam servos, e também ao fato de, diante das sucessivas conquistas de um povo por outro, utilizar-se a escravidão para a obtenção de trabalhadores destinados às obras públicas, visto que a própria conquista fornecia o suprimento necessário.

Ao redor de 1600 a.C. o Império é destruído por três invasões sucessivas. Os hititas vindos da Anatólia, os hurrianos, das estepes sírias, e os cassitas, provenientes do leste. Esses povos representam para a Mesopotâmia o que os hiesos representaram para o Egito, inclusive quanto ao revolucionamento das técnicas militares. Sucessivos conflitos entre esses povos, alguns invasores posteriores, inclusive indo-europeus, e os povos do vale, aceleram a decadência geral da Mesopotâmia, que retorna a uma estrutura feudal de pequenos Estados, na qual se manterá por cerca de três séculos.

A partir do século XII a.C. um novo Estado expandirá lentamente sua influência, até unificar outra vez o vale: a Assíria. Os assírios eram um povo semita que desde os tempos do Primeiro Império Babilônico vivia nas terras onduladas e áridas do alto Tigre, principalmente no triângulo fértil formado na confluência com o Grande Zab. Trata-se de um caso típico de povo cuja superestrutura foi formada por influências externas, advindas do contato constante com povos em estágio mais avançado de civilização, mais do que pela evolução de sua própria base econômica.

Tudo indica que ao iniciar-se o período de predominância assíria sua evolução econômica não havia alcançado ainda o estágio correspondente a um feudalismo rígido, apesar de que sua organização política, calcada nas dos povos mais adiantados do vale, já era a de uma monarquia centralizada. A vida urbana concentrava-se em algumas poucas cidades, tais como Assur, a primeira capital, e Nínive, que chegou a ser, no apogeu da expansão assíria, uma das maiores cidades da Antiguidade.

Em sucessivas guerras de conquista, comandados por reis guerreiros, tais como Shalmaneser III, Tiglat-pileser III, Sargão II, Senaquerib e Assurbanipal, os assírios conquistam não apenas os diversos Estados da Mesopotâmia, como ampliam seu império submetendo os Estados arameus da Síria, a Palestina, o Egito, os últimos reinos hititas da Anatólia, o reino Urartu, em torno do lago Van e o Elam, ao sul do Irã.

Nos últimos anos do século VII a.C. o império assírio entra em decadência, sendo derrotado por uma aliança entre os medas, povo dos planaltos meridionais do Irã, e os caldeus, povo semita aparentado com os arameus, que se haviam estabelecido no baixo Eufrates e conquistado a

Babilônia. Nínive é ocupada e destruída em 612 a.C., extinguindo-se o império logo em seguida.

A dinastia caldaica que governa o chamado Segundo Império Babilônico, conhecida por seus principais reis, Nabopalassar, Nabucodonosor e Nabonide, procura firmar seu domínio sobre as vastas conquistas assírias, o que a leva a guerras constantes. É nesta fase que a Babilônia alcança seu apogeu como grande cidade, a maior da época. Sua importância nunca havia sido totalmente perdida. Mesmo no apogeu da expansão assíria fora tratada de forma especial, em união pessoal com o império conquistador. Seu deus, Mardoc, era o mais importante da Mesopotâmia, e o idioma acadiano, a língua oficial de todo o vale. Agora, capital de um grande império, sua importância aumenta ainda mais, à medida que nela se concentram as inversões suntuárias da dinastia caldaica.

Mas o esplendor babilônico dura menos de um século. Um novo reino formara-se nos planaltos iranianos: a Pérsia. Sob o comando de Ciro, os persas livram-se da suserania meda, conquistam a Assíria, a Anatólia, incluindo a Lídia, e a própria Média. Em 539 a.C. as tropas do império persa entram na Babilônia, anexando todos os territórios, sob seu domínio, e pondo fim à seqüência de civilizações de origem mesopotâmica.

Indo — Evolução mais semelhante à egípcia do que à mesopotâmica, ocorreu no noroeste da Índia, hoje no Paquistão, nos vales do Indo e de quatro outros rios de sua bacia, o Sutlej e o Chenab, com seus afluentes, Jhelum e Ravi. Essa civilização pré-hindu permaneceu esquecida até umas poucas décadas atrás, quando ruínas de grandes cidades foram descobertas nas proximidades das atuais aldeias de Mohenjo-Daro e Harappa. Sua linguagem escrita não foi ainda decifrada, pelo que não se conhece ainda qualquer detalhe de sua evolução, seu apogeu e seu posterior declínio.

Pela análise das ruínas e dos objetos nelas encontrados verifica-se ter-se tratado de uma civilização, cujo nível de evolução e cujas dimensões geográficas correspondem às do Médio Império egípcio e do Primeiro Império babilônico, das quais foi contemporânea.

A civilização pré-hindu destaca-se por ter sido a primeira a utilizar o algodão, assim como pelo alto desenvolvimento de sua arquitetura e sua ourivesaria. O período de apogeu deu-se em torno de 2200 a.C., o que faz crer que o processo de formação de Estados tenha-se iniciado em 2500 a.C. O declínio, possivelmente por fatores internos, acentuou-se a partir de 1900 a.C. O povo que constituiu essa civilização parece ter pertencido ao mesmo tronco dravídiano que hoje predomina no sul da Índia. Quando as primeiras ondas indo-européias chegaram ao vale do Indo, no século XVI a.C., expulsaram os habitantes originais, des-

truindo o que restava da civilização decadente. Este povo, invasor, os arianos vedas, cujo nível de evolução achava-se ainda no estágio das comunidades agrícolas, levaria mil anos para alcançar o mesmo grau de civilização de seus antecessores, e isso somente enquanto se desse sua gradual expansão por todo o norte da Índia, expulsando os dravidianos para o sul, e ocupando o vale do Ganges, o outro grande rio da região, em cujas terras férteis voltariam a surgir os Estados organizados e as grandes cidades características das civilizações agrícolas.

Hwang Ho — De todas as civilizações agrícolas, nenhuma é tão importante, e ao mesmo tempo tão difícil de ter sua história resumida, quanto a que surgiu ao redor de 2200 a.C. na Grande Planície, nos cursos médio e inferior do rio Amarelo. Enquanto nas demais, sucessivas invasões levaram a uma total perda de suas características culturais originais, aqui, encontramos um processo contínuo e ininterrupto que se estende até os dias de hoje.

A Grande Planície, berço da civilização chinesa, é uma enorme extensão de terras férteis com 324.000 quilômetros quadrados, formada pelos depósitos de aluvião trazidos pelo Hwang Ho.

As primeiras comunidades agrícolas, baseadas no cultivo do painço, surgiram em torno de 3000 a.C. nas colinas do Chen-si e Chan-si, banhadas por afluentes do Hwang Ho, e cujo solo de *loess*, um pó de argila, areia e cal, de cor amarelada, é igualmente fertilíssimo.

Das colinas a agricultura desceu para a planície, onde a irrigação e a drenagem permitiram aumentar cada vez mais a produção, gerando um processo evolutivo semelhante ao de todas as outras civilizações agrícolas. O grande problema aqui, será o do controle das inundações. O Hwang Ho será progressivamente contido em diques, cuja altura terá de crescer tanto, pois o nível do rio sobe continuamente à medida que eleva seu leito pelo contínuo depósito da terra que traz em suas águas, que em poucos séculos a maior parte das aldeias e cidades ficaram abaixo do nível das águas.

A história chinesa está, no que se refere aos primeiros séculos, entremesclada com lendas. Os primeiros reis são heróis super-humanos, aos quais se atribui a criação dos instrumentos de trabalho e das técnicas aperfeiçoadas ao longo de séculos pela lenta evolução do homem. As primeiras dinastias semi-históricas, Yu e Hsia, são sucedidas, no século XVII a.C., pela Chang, com a qual o império se consolidará, expandindo-se a partir de seu núcleo inicial, no norte do Ho-nan, alcançando, inclusive, o vale do Yang-tsé. As terras conquistadas e colonizadas por agricultores vindos da planície eram entregues a senhores feudais.

É durante o período Chang, que vai até o século XII a.C., que o trigo e o arroz passam a ser produzidos em grande escala. O bronze também é utilizado em grande escala e se fabricam tecidos de seda e cânhamo. O comércio é feito com regiões distantes, possivelmente até a Malaia ou mais além. A escrita chinesa, com cerca de 3.000 caracteres, alcança seu ponto inicial de consolidação nesta época.

Após um período de recessão econômica, em torno de 1122 a.C., Wu-wang, senhor do vale do Wei, região de fronteira, no Chen-si meridional, desce à planície, derrota as forças imperiais, destrói a capital, Yin, e funda uma nova dinastia, conhecida como Tchou.

Os Tchou governam desde sua capital, Tchong-an, atual Sian, e durante quatro séculos mantêm a unidade do país. Ao derrubarem a dinastia anterior dividem as terras entre seus parentes e chefes militares, criando cerca de mil e oitocentos feudos. Sua decadência começa no século VIII a.C., quando o vale do Wei é assolado por invasões de povos pastores, forçando-os a mudarem-se para Lo-yang, no Ho-nan, onde principia a Grande Planície. Desprovida de suas terras próprias a dinastia Tchou decai rapidamente em poder político, ainda que mantendo os aspectos formais de casa imperial. Inicia-se uma época de predomínio dos senhores locais, cuja autonomia aumenta à medida que se reduz o poder central. É a época dos *Reinos Combatentes*. Pouco a pouco os 170 Estados feudais iniciais vão sendo consolidados por guerras sucessivas, até que, ao iniciar-se o século IV a.C., a China está dividida em sete grandes reinos. A autoridade imperial já não mais existe. A figura dos últimos imperadores Tchou é meramente cerimonial.

Este é um período de lenta consolidação da cultura chinesa. Grandes canais são construídos, servindo para irrigar terras fora do alcance direto das águas do Hwang Ho. Em torno de 487 a.C. inicia-se a construção do Grande Canal, que liga o Hwang Ho com o Yang-tsé. A metalurgia do ferro passa a ser utilizada em escala crescente, novas terras são cultivadas, principalmente a planície de Tchong-tu, no Szê-tchuan. O artesanato e o comércio desenvolvem-se bastante.

A inexistência de um poder central forte impede a consolidação de uma classe sacerdotal no modelo egípcio. A religião mantém-se vinculada a clãs e locais de adoração, dando lugar a que apareçam sistemas éticos e filosóficos que marcarão a vida chinesa para o futuro. Esta é a época de Lao-tsé, fundador do Taoísmo, de Confúcio e de Mêncio. As necessidades burocráticas e a complexidade da escrita chinesa fazem surgir uma classe de intelectuais, os *Le-Chen*, extraídos da nobreza feudal, e que representarão a maior força política da China até nosso século. Verdadeiros instrumentos de dominação da classe a que

pertenciam, sobre o resto do povo chinês, ocuparão sempre os principais cargos administrativos e de assessoramento aos imperadores ou reis e senhores locais. A classe comerciante, apesar de alcançar grande importância em certas cidades, nunca terá condições de afirmar-se politicamente, tal como nos casos que analisamos anteriormente.

No século III a.C., o soberano de um dos reinos, Tsin, chamado Che Huang-ti, consegue finalmente unificar toda a China, lançando as bases políticas e administrativas definitivas do Império Chinês. Após sua morte, e um pequeno período de lutas sucessórias, Liu Pang, um chefe local, funda a dinastia Han, que se manterá no poder por mais de quatro séculos, de 202 a.C. a 221.

O período Han é um dos de maior prosperidade e expansão da civilização chinesa. As fronteiras do império avançam até o Tonquim, no sul, à Coréia, no leste, às estepes do Góbi, ao norte, e ao Turquestão Chinês, Sinkiang, no oeste. A população cresce até atingir cerca de 60 milhões de pessoas. O comércio desenvolve-se, abrindo-se a chamada Rota da Seda, através do vale do Tarim e dos montes Tien Shan, que pôs a China em contato com as civilizações indo-européias do Irã e da Índia, levando a seda e os objetos de bronze e jade chineses até os mercados do Mediterrâneo.

O apogeu desse período dá-se no reinado de Wu-ti, no século I a.C. A escrita chinesa toma sua forma definitiva e é criado o sistema de exames para admissão no serviço público, ou seja, entre os letrados *Le-Chen*. Esse sistema, mantido com modificações até este século, serviu para assegurar aos letrados e, em decorrência, à classe feudal, o monopólio da administração, permitindo ao mesmo tempo a seleção de alguns indivíduos mais brilhantes das outras classes, que dessa forma eram incorporados à classe dominante. O ensino, visando a preparar candidatos aos exames, alcançou grande desenvolvimento. Somente em Lo-yang, à época capital, havia no século II mais de 30.000 estudantes.

Após o reinado de Wu-ti a dinastia atravessa curta decadência, voltando logo a recuperar-se. Somente no seu último século é que a economia como um todo começa a estagnar, reduzindo-se o poderio político do Império. Surgem reinos autônomos, em luta com o poder central. Os senhores feudais eram cada vez mais poderosos e, ao mesmo tempo, os povos pastores das estepes do norte pressionavam contra a Grande Muralha, que fora erguida por Che Huang-ti. Entre esses povos encontravam-se hunos e as primeiras tribos mongólicas. É nesse quadro que uma revolta militar encerra a dinastia Han, em 221.

No período que vai dessa data até 589 a China fica dividida em vários reinos, dos quais os mais importantes são o dos *tabgatch*, povo

mongol que reina sobre o norte, incluindo o vale do Hwang Ho, do século IV ao século VI, o de Nanquim, onde se sucedem cinco dinastias chinesas, que mantêm seu domínio sobre o vale do Yang-tsé e o litoral sul, e o da dinastia Suei, formada por mongóis, já completamente absorvidos pela cultura chinesa e que consegue reunir novamente todo o território chinês. Esta dinastia é derrubada por Tai-tsong, fundador da dinastia Tang, cuja capital volta a ser Tchchang-an.

O período Tang, que vai de 618 a 906, dá à China um poderio quase tão grande quanto o que tivera com os Han. Característica dessa época é a expansão do budismo, que chegara ao tempo dos Han, por intermédio da Rota da Seda, e que influenciará enormemente a cultura chinesa. Também característica é a expansão comercial, não apenas pelas rotas terrestres, mas também por mar, estabelecendo-se contatos permanentes com os portos da Índia e da Indonésia, com os quais, na época Han, houvera apenas relações esporádicas.

A partir do século X o império volta à decadência, dividindo-se em vários reinos, sendo o norte invadido outra vez por pastores mongóis, os *kitat*, que estabelecem um reino com capital em Pequim, chegando a dominar todo o vale do Hwang Ho.

A partir daí a história chinesa entra em seu período moderno, pelo que vamos deixá-la por enquanto.

Outras civilizações agrícolas

Além das quatro civilizações, cuja análise concluímos, muitas outras surgiram e se desenvolveram em diversas regiões da Terra, seguindo o mesmo caminho, modificado em cada caso por circunstâncias específicas. Algumas dessas civilizações foram autônomas, isto é, surgiram em função da evolução de suas próprias forças produtivas, enquanto outras tiveram seu desenvolvimento acelerado pelo contato com uma ou mais das grandes civilizações já estudadas. Algumas tiveram tempo suficiente para chegar ao apogeu, formando Estados centralizados, enquanto outras foram tolhidas a meio caminho, quer por invasões de povos pastores, por condições naturais extremamente adversas, ou por serem conquistadas por Estados mais avançados.

Entre as civilizações autônomas merecem destaque as que surgiram no continente americano, a partir do planalto mexicano, começando com os toltecas, no século V, vindo depois os xiximecas, no século IX, e posteriormente os astecas, cuja capital, Tenochtitlán já era uma grande cidade ao iniciar-se o século XV, e que deveriam unificar o México, não fosse

a invasão espanhola. A civilização maia, começando no planalto guatemalteco e espalhando-se posteriormente pela península de Yucatan, com suas cidades-estado tais como Copan, Tikal, Chichén Itzá e Uxmal, que se desenvolveram entre os séculos IV e IX de nossa era, para depois de três séculos de decadência ressurgir por um curto período entre os séculos XII e XV, parece ter estado sempre ligada à mexicana, ainda que, na sua primeira fase, a tenha ultrapassado.

A civilização peruana parece também ter sido autônoma, ainda que pareça possível a existência de contatos esporádicos com os centros de irradiação setentrionais. Começa com os chimus, no litoral; desenvolve-se com os quichuas, em torno de Tiahuanacu, na bacia do Titicaca; e prossegue com a vinda dos aimarás, que dominam os quichuas e fundam em Cuzco, com Manco Capac, o Império Inca, Tahuantisuyo, que se estenderá do norte do Equador até o centro do Chile.

Há outras importantes civilizações agrícolas que, apesar de não poderem ser consideradas como inteiramente autônomas, pois mantiveram contatos regulares com os centros de irradiação, foram principalmente o produto da evolução de suas próprias forças produtivas e merecem ser mencionadas.

Uma dessas civilizações é a mineana, surgida em torno de 1200 a.C. nos estreitos vales férteis do sul da Arábia, hoje no Iêmen, e que ao longo de sua evolução deu origem a vários Estados, entre os quais o mais conhecido é o de Saba, cuja capital, Marib, data de 700 a.C.

Papel ainda mais importante desempenhou a civilização hitita, uma das primeiras a utilizar o ferro, e cujas primeiras dinastias datam de aproximadamente 1700 a.C. Este povo indo-europeu desenvolveu-se a partir do vale do atual Kizilirmak, o maior rio da Ásia Menor, na Capadócia, no norte da Anatólia. Sua capital, Hattusas, foi uma cidade relativamente grande e sua expansão levou-a a guerras sucessivas com os Estados do Levante, o Egito e a Mesopotâmia. Em seu apogeu chegou a incluir não apenas toda a Ásia Menor, como Chipre, partes da Síria e os planaltos armênios. Essa fase deu-se entre os séculos XIV e XIII a.C., vindo depois a decadência, completada com a invasão dos frígios no século XII a.C. Os últimos Estados hititas, que se mantiveram ainda por algum tempo no litoral ao sul dos montes Taurus, desapareceram com a conquista assíria no século VIII a.C.

O vale do Ganges, que já vimos ter sido lentamente ocupado pelos vedas nos mil anos seguintes à sua invasão da Índia, deu finalmente origem à atual civilização hindu, cujo primeiro Estado predominante foi o reino de Magada. Partindo de seu território original, onde hoje é

Bengala, Magada se expandiu no século IV a.C., cobrindo todo o norte da Índia, entrando inclusive em choque com as forças de Alexandre, que haviam conquistado o vale do Indo.

Sua capital, Pataliputra, a atual Patna, foi por muitos séculos a maior cidade da Índia. Sob uma nova dinastia, a dos Maurias, cujo nome foi então dado ao império, quase toda a Índia foi unificada, principalmente no reinado de Asoka, no século III a.C.

Sucessivas invasões de povos pastores, assim como de Estados vizinhos, inclusive os Estados gregos da Bactria, atual Afeganistão, e a ascensão do reino Andhra no planalto do Deccan, ao sul, marcam a decadência final do império mauriano. Apesar de algumas tentativas de nova unificação, como a da dinastia Gupta, nos séculos III e V, a Índia nunca mais alcançará unidade política até nossos dias.

Uma civilização pouco mencionada é a elamita, cuja evolução corre paralela à da Mesopotâmia. Seu desenvolvimento está vinculado à fertilidade das terras irrigadas pelo rio Karum e seus afluentes, que descem dos montes Zagros para o golfo Pérsico. Sua capital, Sussa, foi por muitos séculos uma grande cidade, mas os estados elamitas, mesmo quando unificados, não puderam desempenhar mais do que um papel secundário, passando a maior parte de sua história submetidos a seus vizinhos mesopotâmicos.

Já os outros povos iranianos da Antiguidade, medos e persas, nada mais eram do que povos cuja superestrutura foi copiada dos estados mesopotâmicos, com os quais haviam entrado em contato. Estavam ainda no estágio clânico e suas capitais, Ecbatana e Passárgada não passavam, de início, de acampamentos reais. O Irã somente se desenvolveu após a expansão persa.

Outro centro importante de irradiação, ainda que não autônomo, é a África Ocidental. Nas estepes e savanas do alto Níger surge, no século V, o reino de Ghana, sucedido pelos impérios do Mali e de Gao, e depois por uma seqüência de reinos independentes mais ou menos contemporâneos, tais como Songhoy, Haussa e Bornu. O posterior desenvolvimento dessa região, que mantinha um comércio ativo com os Estados da bacia do Mediterrâneo por meio de rotas de caravanas que cruzaram o Saara, foi truncado pela chegada dos europeus, após o século XVI.

Dinâmica econômica das civilizações agrícolas

Vimos como as civilizações agrícolas surgiram como consequência natural da evolução humana a partir do estágio coletor. Cabe-nos ana-

lisar agora a dinâmica econômica comum a todas as civilizações agrícolas, com o objetivo de compreender as forças que agem dentro delas, levando-as ao crescimento e à regressão.

Se pudéssemos traçar uma curva de evolução para cada uma das civilizações agrícolas veríamos que, após um longo período inicial de lenta ascensão, o crescimento vai se tornando cada vez mais rápido e mais pronunciado, até atingir um nível bastante elevado. Deste ponto, que é seu apogeu, tende para a estabilização, seguindo-se uma queda mais ou menos brusca, que a leva de novo quase ao mesmo nível em que se encontrava ao iniciar-se a aceleração, ainda que nunca ao ponto de partida inicial.

É esse fenômeno que nos dá, ao olharmos superficialmente para a massa de informação histórica à nossa disposição, a impressão de uma sucessão de movimentos cíclicos de ascensão, apogeu e declínio, a repetir-se periodicamente.

Qual a origem dessa forma cíclica de comportamento? Quais os fatores que provocam primeiro a ascensão cada vez mais acelerada, depois a estabilização e, finalmente, a queda?

Pela análise das informações disponíveis podemos afirmar que, na grande maioria dos casos históricos específicos, o declínio é provocado por fatores externos às civilizações agrícolas. São invasões de outros povos, algumas vezes em estágios evolutivos inferiores, que rompem a estrutura existente ao conquistá-la, destruindo o arcabouço econômico e social que sustenta a civilização conquistada, provocando então um período de declínio, cuja duração e intensidade dependem de uma série de características próprias a cada invasor e a cada civilização conquistada.

Mas, apesar de ser esse o fenômeno mais freqüente na experiência histórica das civilizações agrícolas, ele não explica tudo. Não nos mostra a dinâmica do crescimento em si, nem nos diz qual a causa do declínio verificado em experiências históricas, como a do Antigo Império egípcio, onde não houve a ação das forças externas mencionadas. Podemos portanto afirmar que as invasões externas, apesar de sua freqüência, não passam de um fator aleatório, que apenas interrompe o processo dinâmico intrínseco às civilizações agrícolas.

A chave da análise está no processo de geração, apropriação, acumulação e utilização do excedente econômico gerado pela economia das civilizações agrícolas. (Para a conceituação de excedente econômico, v. Paul A. Baran, *A economia política do desenvolvimento econômico*, Rio de Janeiro, Zahar, 1960, p. 34 e s.) Enquanto no estágio coletor não se pode falar em acumulação de capital ou geração de excedente eco-

nômico, pois o capital social básico resume-se nos instrumentos de caça e pesca, nas sociedades agrícolas a terra, os instrumentos de trabalho, os equipamentos para fabricação de instrumentos de trabalho, as obras de irrigação e drenagem, tudo isso representa o capital social básico, criado pelo trabalho, e que ao ser por ele utilizado gera a produção.

Como a produção nada mais é do que o modo utilizado pelo homem para, mediante o trabalho, obter os bens necessários à satisfação de suas necessidades, sejam elas vitais ou socialmente condicionadas, e como as necessidades tendem a crescer e a diversificar-se com o aumento da população e com a evolução social, há, em cada economia, uma pressão constante exigindo o incremento do capital social básico, o que só pode ser conseguido pela inversão do excedente econômico gerado pelo processo produtivo.

Esse processo dinâmico, intrínseco a todos os tipos de civilizações, segue caminhos diferentes em cada um deles. Nas civilizações agrícolas inicia-se lentamente, utilizando-se o excedente econômico na adição de novas terras ao cultivo, na fabricação de mais instrumentos e equipamentos, na abertura de canais ou construção de diques, aumentando-se assim o capital social básico. É fácil de compreender que, quanto maior o capital social básico, maior pode ser a produção, e maior será portanto o excedente econômico, aumentando a possibilidade de aumentar ainda mais o capital social básico. Dessa forma o processo torna-se cada vez mais rápido, com o que se explica a aceleração do crescimento das civilizações agrícolas à medida que ampliavam sua base produtiva, aproveitando cada vez mais e melhor os recursos das regiões que ocupavam.

Se as condições naturais fossem iguais em todo o planeta, a expansão das civilizações agrícolas seria limitada somente pela ocupação de toda sua superfície. Como esse não é o caso, o limite será dado pelo momento em que a adição de novas unidades ao capital social básico, ao nível de evolução das forças produtivas já alcançado, custe mais do que a produção que gerariam.

No momento em que as terras tornadas férteis pelas inundações periódicas já tinham sido totalmente utilizadas, por exemplo, a adição de novas terras poderia significar uma concentração de recursos de tal monta que exigiria o abandono de outras atividades já em execução, pelo que o saldo final, em termos de produção, seria negativo.

A essa situação há que adicionar outro fator básico, que explica melhor os acontecimentos reais. A evolução da agricultura, como já vimos, havia criado uma sociedade de classe. O que caracteriza exatamente uma civilização agrícola é a existência de duas classes essenciais: a dos senhores e a dos servos. O termo *essenciais* é utilizado no sentido

em que uma não existe se não existir a outra, e se uma delas não existir, não estamos tratando de uma civilização agrícola.

Numa sociedade de classes, a classe dominante é quem se apropria do excedente econômico gerado pela economia. Pouco importa se essa apropriação é obtida diretamente por cada senhor em seu feudo, ou se é feita por meio da complexa máquina administrativa de um Estado altamente centralizado, como o egípcio, pois esse Estado nada mais é do que um instrumento da própria classe que o criou e o utiliza em seu benefício, sendo a própria monarquia absoluta de direito divino nada mais do que a projeção mais elevada possível da propriedade feudal da terra.

É essa apropriação do excedente por uma classe que faz com que ela não precise produzir diretamente para poder comer. Seus membros podem dedicar-se a outras atividades, tais como a administração pública, o sacerdócio, a magistratura, o comando militar ou o estudo das estrelas. No tipo de vida decorrente do exercício dessas atividades, e mesmo para poder exercê-las, surgem novas e crescentes necessidades de bens e serviços, muitas das quais de caráter suntuário, cuja satisfação passa a exigir cada vez maiores parcelas do capital social básico e, portanto, do excedente da economia como um todo.

Como esse processo de diferenciação e domínio social é consciente, isto é, os senhores sabem que são ricos, e agem deliberadamente para manterem-se assim e para aumentar sua riqueza, ao chegar-se a cada uma das opções do tipo da mencionada anteriormente, as decisões serão tomadas levando em conta os interesses dos senhores.

Isto significa que, no momento em que houver necessidade de concentrar esforços para ampliar a capacidade produtiva, isso somente será feito quando essa concentração não afetar a produção de bens e serviços destinados a satisfazer as necessidades dos senhores.

É óbvio que as civilizações agrícolas não alcançam o limite de sua expansão em um certo e determinado dia. O processo é, em si, lento, com válvulas de escape temporárias, representadas principalmente pela introdução de novas técnicas, que permitem aumentar o capital social básico a custos mais baixos. Apesar de que este tipo de válvula de escape deve ter funcionado em todos os casos históricos, o alívio proporcionado é sempre transitório, pois as forças produtivas nunca podem dar grandes saltos em curtos espaços de tempo.

Alcançado o limite, cessa a expansão do capital social básico. Mas a geração de excedente não cessa, nem o crescimento da população. Dá-se então um paradoxo aparente: apesar da cessação da expansão da base econômica a civilização continua a florescer, alcançando o apogeu cultural. É nesses períodos que se constroem grandes templos, palácios,

mansões e túmulos. É também nesses períodos que os Estados agrícolas montam grandes exércitos, lançando-se à conquista de territórios e povos vizinhos.

A explicação do paradoxo é simples. São os recursos humanos e materiais antes aplicados na expansão do capital social básico que agora são reorientados para novas atividades. É claro que essas novas atividades geram maior excedente. No caso das conquistas militares, trata-se da apropriação do excedente acumulado pelo povo conquistado, e elas são geralmente feitas exatamente para esse fim. Com isso eleva-se o consumo suntuário da classe dominante, aumentando a demanda por artigos de luxo de todos os tipos.

Foi em fases de apogeu e fastígio como essas que se construíram as grandes pirâmides egípcias ou os jardins suspensos babilônicos. São cantos de cisne de uma civilização condenada à queda, mas inconsciente do futuro que a espera.

Como o capital social básico não cresce mais, ou cresce menos do que a população, o que vem a dar na mesma coisa, a produção por habitante tende a diminuir. À medida que isso acontece começam a manifestar-se pressões de classes, grupos ou regiões, que tentam manter para si fatias crescentes, ou pelo menos constantes, de um bolo total que tende a diminuir. Em outras palavras, à medida que a produção total torna-se insuficiente para atender a todos dentro do equilíbrio dinâmico da estrutura existente, cada um dos componentes pressiona para manter sua parcela. A primeira vítima é sempre a unidade política, pois os senhores daquelas regiões, onde as condições de produção são melhores, recusam-se a sacrificar-se pelas demais. Como a unidade política é exatamente a viga mestra do sistema, sua derrubada, ou mesmo seu enfraquecimento, traz a gradual destruição de toda a estrutura nela amparada, o que reduz ainda mais a capacidade produtiva e a produção total, acelerando a decadência.

Tanto a profundidade quanto a duração do período de decadência serão dadas pelas condições específicas de cada caso, ainda que sempre, depois de um certo nível e um certo tempo, que pode ser de séculos, as mesmas forças voltem a agir, a população cresça novamente, e todo o processo torne a repetir-se, partindo do começo, e rumo ao mesmo fim.

RESUMO

1. Há cerca de 8.000 anos o homem dá um salto importantíssimo em seu desenvolvimento. — cria a agricultura.

2. A agricultura se difunde a partir de três centros de irradiação — o Oriente Médio, o norte da China e o México.
3. A agricultura leva à domesticação dos animais e à multiplicação e aperfeiçoamento dos instrumentos de trabalho. Leva também à utilização dos metais, começando com o cobre, seguido do bronze e, posteriormente, do ferro.
4. Com a utilização dos metais desenvolvem-se ainda mais as forças produtivas, as trocas transformam-se em comércio e surgem as cidades.
5. A agricultura traz também o aparecimento da propriedade, passando do estágio comunitário para o clânico, e deste para o feudal. Surgem as classes sociais e consolidam-se as relações de produção servis.
6. O surgimento da propriedade provoca o aparecimento e a consolidação do estado. A esse processo corresponde o aparecimento e a consolidação das religiões, e o aparecimento da escrita ideográfica.
7. Com a domesticação dos animais alguns povos passam a depender do pastoreio. Os povos pastores evoluem ao longo de linhas semelhantes às dos agrícolas, sem contudo alcançar desenvolvimento tão elevado.
8. Por volta de 3000 a.C. a agricultura leva ao aparecimento das primeiras civilizações. Elas apareceram em grandes vales fertilíssimos, inundados periodicamente por grandes rios: Nilo, Tigre e Eufrates, Indo e Hwang Ho. Nesses vales surgem, respectivamente, as civilizações egípcia, sumeriana, pré-hindu e chinesa.
9. A ocupação dos grandes vales exige grande desenvolvimento das forças produtivas, principalmente no que se refere à construção e manutenção de sistemas de irrigação e drenagem.
10. A operação desses sistemas leva ao surgimento de grandes Estados altamente centralizados, com populações na casa das dezenas de milhões de habitantes, governados por monarquias que se consideram de origem divina, com clero poderoso, e administradas por complexas burocracias.
11. Monarquia, clero e burocracia são formados pela classe dominante desse estágio — os senhores de terra.
12. Esses grandes Estados evoluem dentro de um padrão comum de ascensão, apogeu e declínio. Apesar de que, na maioria das

- vezes, esse padrão foi interrompido por invasões externas, geralmente de povos pastores, sua dinâmica comum permanece.
13. Essa dinâmica baseia-se na forma de apropriação e utilização do excedente econômico gerado por essas economias. Enquanto a expansão é possível ou interessante, o excedente é aplicado no aumento da capacidade produtiva, o que gera ainda mais excedente, acelerando o processo. Quando a expansão deixa de ser possível ou interessante, principalmente pela dificuldade de adicionar novas terras ao cultivo, o excedente passa a ser cada vez mais aplicado em gastos e obras suntuárias — é o apogeu. Como a população continua a crescer, e a capacidade produtiva não, logo surgem conflitos — é o início da decadência.
 14. Além das civilizações mencionadas merecem destaque outras, de evolução semelhante, tais como as civilizações mexicana, maia, peruana, mineana, hitita, hindu, elamita e do vale do Níger.

QUESTIONÁRIO

- 1) De que forma evolui a propriedade da terra a partir das comunidades agrícolas primitivas?
- 2) Quais as principais conseqüências da utilização dos metais?
- 3) Que tipo de escrita era característico das civilizações agrícolas e por quê?
- 4) Em que lugares e em que épocas surgiram as primeiras civilizações agrícolas?
- 5) Por que as classes sociais surgiram somente com o desenvolvimento da agricultura?
- 6) Por que as civilizações agrícolas tendiam a formar Estados monárquicos altamente centralizados?
- 7) Quais as principais diferenças entre as civilizações egípcia, mesopotâmica e chinesa?
- 8) Quais os fatores econômicos que limitavam a expansão das sociedades agrícolas?
- 9) Por que o consumo supérfluo e as aplicações em obras suntuárias crescem antes do início da decadência das economias agrícolas?